GUSTAVO GONÇALVES UNGARO

**Controle Interno da Administração Pública
sob a Constituição de 1988 e sua Eficiência
para a Transparência e o Enfrentamento da Corrupção**

Tese de Doutorado

Orientadora: Professora Associada Dra. Nina Beatriz Stocco Ranieri

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo – SP

2019

GUSTAVO GONÇALVES UNGARO

**Controle Interno da Administração Pública
sob a Constituição de 1988 e sua Eficiência
para a Transparência e o Enfrentamento da Corrupção**

Tese apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito do Estado, sob a orientação da Professora Associada Dra. Nina Beatriz Stocco Ranieri.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2019

Nome: UNGARO, Gustavo Gonçalves

Título: Controle Interno da Administração Pública sob a Constituição de 1988 e sua Eficiência para a Transparência e o Enfrentamento da Corrupção

Tese apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito.

São Paulo – SP.

2019

Resultado do Julgamento e data:

Banca Examinadora

Professor Titular Dr. Fernando Dias Menezes de Almeida - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Professor Associado Dr. José Maurício Conti - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Professor Catedrático Dr. António Pedro Pereira Nina Barbas Homem - Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Professor Dr. José Renato Nalini - Faculdade de Direito da Universidade Nove de Julho

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Professora Dra. Irene Patrícia Nohara - Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*“O Direito é um factor civilizacional
dos povos e das gentes.”*

António Pedro Barbas Homem
História das Relações Internacionais -
o direito e as concepções políticas na Idade Moderna.
Coimbra: Almedina, 2014, página 10.

*“A dignidade da pessoa humana como elemento axiológico
e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária
como elemento teleológico são, no nosso entender, os traços
mais marcantes do Estado Democrático de Direito brasileiro.”*

Nina Ranieri
Teoria do Estado:
do Estado de Direito ao Estado Democrático de Direito
Barueri: Manole, 2. ed., 2019, página 334.

*“Com um aparente jogo de palavras
pode-se definir o governo da democracia
como o governo do poder público em público.”*

Norberto Bobbio
O Futuro da Democracia - uma defesa das regras do jogo,
tradução de Marco Aurélio Nogueira.
Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986, página 84.

“Open data saves lives!”

Sanjay Pradhan
Open Government Partnership CEO,
International Open Data Conference - IODC
Buenos Aires, 27.09.18.

RESUMO

UNGARO, Gustavo Gonçalves. *Controle Interno da Administração Pública sob a Constituição de 1988 e sua Eficiência para a Transparência e o Enfrentamento da Corrupção*. 2019. 339 f.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em cotutela com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, São Paulo, 2019

O controle interno da Administração Pública no Brasil, com suas quatro macrofunções, de auditoria, ouvidoria, corregedoria e controladoria, representa evolução da organização do Estado Democrático de Direito, para assegurar transparência, eficiência, participação e integridade, como aperfeiçoamento da tripartição de Poderes e dos freios e contrapesos, a fim de evitar riscos à democracia e preservar a República. A pesquisa bibliográfica realizada identificou referências doutrinárias, nacionais e estrangeiras, sobre o tema e aspectos correlatos, complementada por análise da legislação aplicável, de referências jurisprudenciais, dados oficiais sobre a organização dos órgãos de controle interno, indicadores existentes e pesquisa de opinião junto a responsáveis pelas Controladorias brasileiras. Foram considerados aspectos teóricos e práticos sobre a conformação institucional mais adequada aos propósitos estipulados pela Constituição de 1988 e pela crescente legislação relacionada, concluindo-se pela adequação do modelo predominante na organização institucional brasileira deste século, de Controladoria do Poder Executivo, potencialmente apto a garantir o acesso à informação, viabilizar o controle externo e a participação social, monitorar e apurar as situações administrativas graves e implementar a conformidade ética na gestão, de modo a colaborar para os resultados esperados pela sociedade, em defesa do interesse público.

Palavras-chave: Direito. Controle da Administração Pública. Controle Interno. Organização do Estado. Transparência. Prevenção da Corrupção. Integridade. Participação. Controle Social. Controle Externo.

ABSTRACT

UNGARO, Gustavo Gonçalves. Internal Control of Public Administration under the Constitution of 1988 and its Efficiency for Transparency and Coping with Corruption. 2019. 339 f.

Thesis (Doctorate) - University of São Paulo Law School, in cooperation with University of Lisbon Law School, São Paulo, 2019

The internal control of the Public Administration in Brazil, with its four macrofunctions, of audit, ombudsman, internal affairs and comptroller, represents evolution of the organization of the democratic rule of law, to ensure transparency, efficiency, participation and integrity, as an improvement of the separation of constitutional powers and of checks and balances, in order to avoid risks to democracy and preserve the Republic. The bibliographical research carried out identified national and foreign doctrinal references on the subject and related aspects, complemented by an analysis of the applicable legislation, jurisprudential references, official data on the organization of internal control bodies, existing indicators and opinion research with those responsible by the Brazilian Comptrollers. Theoretical and practical aspects were considered regarding the institutional structure most suited to the purposes stipulated by the 1988 Constitution and the growing correlative legislation, concluding with the adaptation of the predominant model in the Brazilian institutional organization of this century, Comptrollership of the Government, potentially able to guarantee access to information, to enable external control and social participation, to monitor and investigate serious administrative situations, and to implement ethical compliance in management, so as to contribute to the expected results of society in defense of the public interest.

Keywords: Law. Control of Public Administration. Internal control. Organization of the State. Transparency. Prevention of Corruption. Integrity. Participation. Social Control. External Control.

SOMMARIO

UNGARO, Gustavo Gonçalves. Controllo interno della pubblica amministrazione secondo la Costituzione del 1988 e la sua efficienza per la trasparenza e la lotta alla corruzione. 2019. 339 f.

Tesi (Ph.D.) - Facoltà di Giurisprudenza dell'Università di San Paolo in cotutela con la Facoltà di Giurisprudenza, Università di Lisbona, San Paolo, 2019

Controllo interno della pubblica amministrazione in Brasile, con i suoi quattro macrofunzioni, revisione, difensore civico, affari interni e di controllo, è l'evoluzione dello stato di diritto democratico, per garantire la trasparenza, l'efficienza, la partecipazione e l'integrità, come ad esempio il miglioramento dei poteri tripartite e di controlli e contrappesi, al fine di evitare rischi per la democrazia e preservare la Repubblica. L'indagine della letteratura ha identificato riferimenti dottrinali, nazionali ed esteri sugli aspetti e della relativa, integrati da analisi della legge applicabile, i riferimenti giurisprudenziali, i dati ufficiali in materia di organizzazione degli organi di controllo interno, indicatori esistenti e polling dei responsabili dai controllori brasiliani. Sono stati considerati gli aspetti teorici e pratici della conformazione istituzionale più appropriato per i fini previsti dalla Costituzione del 1988 e la crescente relativa legislazione, concludendo l'adeguatezza del modello predominante nella organizzazione istituzionale brasiliana di questo secolo, il controller della Giunta, potenzialmente in grado di garantire l'accesso alle informazioni, per consentire il controllo esterno e la partecipazione sociale, monitorare e indagare le situazioni amministrative gravi e implementare l'etica la gestione della conformità al fine di contribuire ai risultati attesi dalla società, nel pubblico interesse.

Parole chiave: Legge. Controllo della pubblica amministrazione. Controllo interno Organizzazione dello stato. Trasparenza. Prevenzione della corruzione. Integrità. Partecipazione. Controllo sociale. Controllo esterno.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGE - Auditoria Geral do Estado
APA - Administrative Procedure Act
BM - Banco Mundial
CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CAGE - Contadoria e Auditoria Geral do Estado
CCI - Corruption Control Indicator
CCS - Cadastro Nacional de Clientes do Sistema Financeiro
CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas
CF - Constituição Federal
CG - Controladoria Geral
CGA - Corregedoria Geral da Administração
CGE - Controladoria Geral do Estado
CGM - Controladoria Geral do Município
CGU - Controladoria Geral da União
CHU - Central Harmonization Unit
CISSET - Controle Interno Setorial
CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas
CNJ - Conselho Nacional de Justiça
CODUSP - Coordenadoria de Defesa do Usuário do Serviço Público Municipal
CONACI - Conselho Nacional de Controle Interno
COSO - Committee of Sponsoring Organizations for the Treadway Commission
CPI - Corruption Perception Index
CP - Código Penal
CPC - Conselho de Prevenção à Corrupção de Portugal
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DCA - Departamento de Controle e Avaliação
DIAG - Diretoria de Auditoria Geral
ENCCLA - Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro
FCA - False Claims Act
FCPA - Foreign Corrupt Practices Act
FMC - Financial Management and Control
FMI - Fundo Monetário Internacional
FOCCO - Fórum de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro
GAL - Global Administrative Law
GAO - U.S. Government Accountability Office
GCB - Global Corruption Barometer
IACOP - Internal Audit Community of Practice
IPC - Índice de Percepção de Corrupção

IGAI - Inspeção Geral da Administração Interna
IGAL - Inspeção Geral das Autarquias Locais
IIA - Institute of Internal Auditors
INTOSAI - International Organization of Supreme Audit Institutions
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Anual
LAB-LD - Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal
MARCCO - Movimento Articulado de Combate à Corrupção
MROSC - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
MP - Ministério Público
MPF - Ministério Público Federal
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODIN - Open Data Inventory
OEA - Organização dos Estados Americanos
OGP - Open Government Partnership
OGE - Ouvidoria Geral do Estado
ONU - Organização das Nações Unidas
OPSI - Observatory of Public Sector Innovation
PAD - Processo Administrativo Disciplinar
PAR - Processo Administrativo de Responsabilização de Pessoa Jurídica
PEP - Pessoa Politicamente Exposta
PEMPAL - Public Expenditure Management Peer-Assisted Learning
PF - Polícia Federal
PFIC - Public Financial Internal Control
PIC - Public Internal Control
PNLD - Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro
PNPPC - Programa Nacional de Prevenção Primária à Corrupção
PPA - Plano Plurianual
SCI - Sistema de Controle Interno
SEC - Sistema Estadual de Controladoria
SECIN - Secretaria Central de Controle Interno
SECONT - Secretaria de Estado de Controle e Transparência
SEMEF - Secretaria de Finanças, Tecnologia da Informação e Controle Interno
SIAF - Sistema de Controle Interno da Administração Financeira
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIMBA - Sistema de Investigação de Movimentação Bancária
SNBA - Sistema Nacional e Bens Apreendidos

SMCI - Secretaria Municipal de Controle Interno

STC - Secretaria de Transparência e Controle

TAC - Termo de Ajustamento de Conduta

TCU - Tribunal de Contas da União

TI - Transparência Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1 - LIMITAÇÃO DO PODER DO ESTADO E CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1.1.	O Estado e seu controle - separação de poderes, freios e contrapesos, autocontrole....	22
1.2.	Tendências atuais da Administração Pública.....	26
1.3.	Controle da Administração Pública e Estado de Direito.....	37
1.4.	Modalidades de controle da Administração Pública.....	41
1.4.1.	Controle interno.....	41
1.4.2.	Controle externo.....	46
1.5.	Instrumentos de controle.....	62
1.6.	Conclusões.....	65

CAPÍTULO 2 - CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO DIREITO COMPARADO

2.1.	Instrumentos jurídicos internacionais contra a corrupção e de promoção da transparência.....	70
2.2.	Organizações internacionais relacionadas ao controle e à transparência.....	79
2.3.	Modelos institucionais de controle interno na experiência internacional.....	86
2.3.1.	Diretrizes da União Europeia para o controle interno governamental.....	88
2.3.2.	Notas sobre o controle da Administração Pública em Portugal.....	92
2.3.3.	Notas sobre o controle da administração norte-americana.....	97
2.4.	Limitações e possíveis aplicações.....	100
2.5.	Conclusões.....	102

CAPÍTULO 3 - CONTROLE INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

3.1.	Evolução histórica e modelagem constitucional atual do controle da Administração Pública no Brasil.....	106
3.1.1.	O Controle da Administração Pública nos textos constitucionais brasileiros.....	106
3.1.2.	Histórico normativo infraconstitucional do controle interno.....	118
3.1.3.	O Controle interno da União e a criação da CGU.....	122
3.1.4.	Controle interno nos Estados, Distrito Federal e Municípios brasileiros.....	127

3.1.5. Controle interno descentralizado e centralizado: os casos do Estado e da Cidade de São Paulo.....	131
3.2. As quatro macrofunções do controle interno no Brasil.....	135
3.2.1. Auditoria.....	135
3.2.2. Ouvidoria.....	147
3.2.3. Correição.....	151
3.2.4. Controladoria.....	154
3.3. Outras funções de autocontrole administrativo.....	158
3.4. Conclusões.....	161

CAPÍTULO 4. CONTROLE E TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL, PARA O ENFRENTAMENTO DA CORRUPÇÃO

4.1. A corrupção na Administração Pública brasileira.....	168
4.1.1. O julgamento da Ação Penal 470 pelo STF e a quebra do paradigma da impunidade.....	175
4.1.2. A detecção da corrupção sistêmica pela Operação Lava Jato.....	177
4.2. Sistema nacional anticorrupção e modelo de controle.....	188
4.3. Novas tarefas e o futuro do controle interno no Brasil.....	192
4.3.1. Prevenção e enfrentamento da corrupção.....	192
4.3.2. Transparência pública, participação social e governo aberto.....	198
4.3.3. Promoção da integridade e da ética.....	203
4.3.4. Melhoria da gestão e eficiência.....	211
4.4. Avaliação da eficiência e adequação do modelo vigente.....	214
4.5. Indicadores de transparência e corrupção.....	217
4.6. Conclusões.....	220

CONCLUSÃO.....	224
-----------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	230
--	------------

APÊNDICE – Pesquisa com representantes de órgãos de controle interno do Brasil.....	248
--	------------

ANEXO 1 – Quadros ilustrativos de indicadores de transparência e corrupção.....	260
--	------------

ANEXO 2 – Iniciativas legislativas sobre controle interno no Brasil.....	266
---	------------

ANEXO 3 – Organogramas das Controladorias do Brasil.....	294
---	------------

INTRODUÇÃO

O Controle da Administração, relevante tema do Direito Público contemporâneo, decorre da própria evolução conceitual e histórica do Estado, que passa de ente voltado para si mesmo e dotado de poderes ilimitados e incontrastáveis, típico do período monárquico absolutista, com a monstruosa feição opressora de corte hobbesiano, para uma instituição cuja função deve ser a preservação e afirmação dos direitos individuais e coletivos, submetido aos ditames da legalidade democrática, pautado pela responsabilidade e comprometido com a concepção republicana.

Todo exercício de poder somente deve ocorrer conforme a previsão normativa, com sujeição à prestação de contas e observância a limites e controles tendentes a evitar desvios e abusos, buscando-se assegurar condições para o devido cumprimento de sua finalidade social.

A proposta de repartição do poder, inicialmente apresentada pela clássica fórmula tripartite de Montesquieu, com as funções administrativas, legislativas e judiciais atribuídas a distintos órgãos, muito contribuiu para o propósito de limitação do arbítrio, desdobrando-se em diversos modelos e complementada por várias formas de freios e contrapesos, organizando-se o aparato estatal de modo a evitar concentração excessiva de capacidade decisória e submetendo toda a estrutura a controles, externos e também internos.

Daí a noção de Estado Democrático de Direito contemplar, com absoluta centralidade, o império da legalidade, com a norma democraticamente elaborada e aprovada a nortear a atuação de cidadãos e autoridades, ficando o Estado permanentemente sujeito ao controle.

Controlar a ação estatal é, pois, direito fundamental da sociedade, a quem se destina a atuação do poder público, e deve ocorrer por meio de representantes ou diretamente, de acordo com as modalidades constitucionalmente previstas de participação na gestão de políticas públicas, encaminhamento de requerimentos, denúncias e reclamações a ouvidorias, apresentação de propostas e projetos de lei, monitoramento de gastos e de projetos governamentais, dentre outras formas de acompanhamento das atividades públicas.

Quanto maior a transparência e melhor o controle da Administração, menores as oportunidades para a ocorrência de irregularidades e reduzido o espaço para a corrupção, mazela violadora das regras da convivência social e corrosiva da credibilidade das instituições, que drena recursos escassos em prol do enriquecimento ilícito.

A adequada organização e estruturação dos mecanismos, procedimentos e órgãos incumbidos da função de zelar pela legalidade dos atos oficiais pode propiciar transparência e prevenção da corrupção, tanto que a modelagem do controle da Administração Pública merece conformação constitucionalmente estipulada.

Assim, a presente pesquisa investiga o modelo de controle da Administração Pública atualmente vigente no Brasil, analisando sua adequação ao propósito de assegurar ao Estado condições efetivas de monitoramento de suas atividades, por meio da transparência, e salvaguardar a probidade e a regularidade, principalmente através da atuação de auditorias, ouvidorias, corregedorias e controladorias.

Pretende-se diagnosticar o panorama atual do controle interno governamental, detectando problemas, virtudes, desafios e perspectivas do modelo vigente na prática, alinhando argumentos capazes de conduzir à conclusão de qual conformação institucional se mostra mais adequada à garantia da transparência e mais eficiente no enfrentamento da corrupção.

O foco estará especialmente voltado ao controle interno da Administração Pública, como espécie do gênero Controle da Administração Pública, o qual comporta também a abordagem centrada no acompanhamento e fiscalização efetuados por outras instituições, no âmbito do controle externo, aqui apenas tratado na sua relação com os procedimentos, mecanismos e órgãos incumbidos da autotutela administrativa.

O cerne da Tese funda-se no aperfeiçoamento da organização do Estado, como salvaguarda para a preservação da democracia e dos postulados republicanos, por meio da efetividade das quatro macrofunções do controle interno da Administração Pública: auditoria, ouvidoria, corregedoria e controladoria.

Parte-se do pressuposto de que o desenvolvimento histórico e a evolução do fenômeno estatal contemplam, fundamentalmente, o aumento da possibilidade de controle do exercício do poder pelo cidadão, desde a clássica lição da tripartição de poderes, passando pelo duplo controle dos atos do Estado, interno e externo, e chegando às quatro macrofunções do controle interno, como necessidade de arranjo institucional capaz de salvaguardar a democracia.

O sistema de freios e contrapesos, conquanto essencial, não tem se revelado suficiente a impedir que o aparato estatal possa ser capturado por interesses escusos que desvirtuem seus propósitos e subvertam seus princípios.

A hipótese aqui tratada considera que o controle interno da Administração Pública, contemplando as atividades hoje entendidas como essenciais e permanentes, enfeixadas na noção de quatro macrofunções típicas do controle interno na experiência brasileira recente, representa estratégia de blindagem institucional contra o aparelhamento criminoso do setor público, funcionando como proteção necessária e complementar aos mecanismos tradicionais da tripartição de poderes.

No quadro das ciências do conhecimento, o tema será abordado sob a perspectiva jurídica, possuindo um primeiro recorte decorrente das previsões maiores inseridas na norma fundamental do ordenamento – donde seu enquadramento no Direito Constitucional – seguindo-se à análise como tópico do Direito Administrativo, no qual figura como capítulo tradicional do estudo sobre a organização, funcionamento e procedimentos da atividade pública, relacionando-se intrínseca e fortemente com a Teoria Geral do Estado, como conceito corolário da soberania popular, da responsabilidade estatal e da supremacia da legalidade, aspectos essenciais do Estado Democrático.

A pretensão de ser verificada se a atual estruturação do sistema de controle interno do Poder Executivo, na moldura constitucional vigente, revela-se eficiente para fins de assegurar seus propósitos, levará em conta aspectos relacionados à transparência efetivamente propiciada e à prevenção, detecção e repressão da corrupção na gestão estatal.

Assim, situa-se o tema na área de concentração de Direito do Estado, no campo da Teoria Geral do Estado, enquadrando-se na linha de pesquisa “Estado Democrático”, mais especificamente no projeto acadêmico “Justiça, Direitos e Qualidade da Democracia”, conduzido no Departamento de Direito do Estado pela Professora Associada Doutora Nina Beatriz Stocco Ranieri. Guarda relação, também, na área de Direito Administrativo, considerada a linha de pesquisa “Direito Administrativo e Sociedade” e seu projeto acadêmico “Discrecionalidade e Controle”, liderado pelos Professores Titulares Doutores Fernando Menezes de Almeida e Floriano Azevedo Marques, dentre outros.

O ponto de partida e referência maior inicial, para a compreensão do tema na conformação vigente em nosso país, será a modelagem constitucional atualmente

dispensada ao controle interno pela Carta Política de 1988, conforme os dois dispositivos mais diretamente voltados a conferir a moldura institucional para seu funcionamento:

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.¹

Como se vê, a Constituição definiu as funções essenciais e determinou a existência de um sistema de controle interno, a ser mantido de forma integrada, nos três Poderes, para as finalidades estabelecidas, nada definindo quanto à configuração e composição das unidades públicas capazes de desempenhar a tarefa assinalada, deixando tal organização a ser definida em cada uma das esferas da Federação.

Daí a necessidade de ser realizada perquirição sobre a real estruturação do sistema de controle interno, verificando-se seu funcionamento no âmbito do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, comparando os modelos organizacionais entre si

¹ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

e cotejando algumas experiências internacionais, tudo à luz do estudo doutrinário e legislativo, com o auxílio de pesquisa junto aos responsáveis por tais unidades públicas.

De uma perspectiva acadêmica, o tema atinente ao controle da ação administrativa do Estado é objeto de atenção relevante principalmente no campo do Direito Administrativo, costumando merecer capítulo específico nos manuais de doutrina e contando com disciplinas a ele dedicadas, tanto na graduação como na pós-graduação em Direito, tratando-se de assunto também tradicionalmente abordado nas lições de Teoria Geral do Estado e de Direito Constitucional, donde sua importância acadêmica.

Apesar de muito estudado e difundido, contudo, insuficiente parece ser a abordagem do assunto desde a perspectiva do controle interno, ainda não completamente esquadrihado pela investigação científica, como revela o levantamento bibliográfico preliminar efetuado. Há farta produção centrada no controle externo, mas pouca, comparativamente, focada no controle interno.

Talvez pela genérica previsão constitucional e ausência de um único órgão a enfeixar suas atribuições, ao contrário do que ocorre com o controle externo, mais detidamente tratado no texto normativo máximo e com órgãos especialmente instituídos para exercitá-lo – os Tribunais de Contas, dotados de competências bem definidas e fortes prerrogativas – encontram-se as unidades públicas responsáveis pelo controle interno como detentoras de atribuições difusamente presentes nos entes estatais, organizando-se sem prévio e superior delineamento constitucional, a critério de normas infraconstitucionais ou mesmo infralegais, pois há órgãos de controle interno com estruturação e funcionamento estipulados apenas por Decretos.

Desse modo, cada ente federativo disciplina seu sistema de controle interno sem uma padronização nacional, havendo Controladorias Gerais, Secretarias de Controle e Transparência, Auditorias Gerais, Ouvidorias Gerais, Corregedorias Gerais e outras formas de organização, com maior ou menor grau de centralização e concentração das tarefas próprias do autocontrole administrativo.

Apesar dessa fragilidade organizacional, o controle interno tem tido crescente relevância – nos 30 anos de democracia da atual quadra histórica brasileira, gradativamente passou a motivar mais pesquisas e estudos, contar com um órgão específico no plano federal, a Controladoria Geral da União, com patamar ministerial, e também vem se fortalecendo nos Estados e Municípios, havendo um Conselho Nacional de

Controle Interno, o CONACI, a reunir seus dirigentes para o intercâmbio de boas práticas e o equacionamento conjunto de demandas comuns.

No plano legislativo, recentes e importantes normas têm acometido novas tarefas ao controle interno; para mencionar apenas três dos últimos anos, a Lei da Transparência (Lei Complementar nº 131/2009) obrigou a publicação de informações sobre receitas e despesas públicas em portais eletrônicos de transparência, acessíveis pela internet, sendo que a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) estabeleceu procedimentos de garantia da publicidade da documentação pública, criando Serviços de Informações ao Cidadão – SIC e mecanismos recursais, tudo a reforçar funções da Administração Pública, assim como a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), que permite a instauração de processo administrativo de responsabilização de pessoa jurídica por ato de corrupção e incentiva as empresas a fortalecerem suas práticas de integridade e controle interno, difundindo o *compliance*.

O tema está presente na agenda do Congresso Nacional: tramita no Senado Federal a Proposta de Emenda à Constituição de número 45, apresentada em 2009, que pretende acrescentar ao artigo 37 da Constituição da República o inciso XXIII, disciplinando as atividades do sistema de controle interno da União, dos Estados e dos Municípios, consideradas essenciais ao funcionamento da administração pública e atribuídas a órgãos permanentes compostos por servidores integrantes de carreiras específicas, devendo contemplar em especial as funções de ouvidoria, controladoria, auditoria governamental e correição.

Se a realidade nacional permite detectar avanços normativos e institucionais, por um lado positivo, identifica-se simultaneamente, por outro sombrio, faceta bastante negativa do cenário brasileiro, ainda não dotado de plena transparência pública nem de instituições estatais com condições de razoavelmente resistir à corrupção; o mais recente escândalo nacional de desvios bilionários, apurado por força-tarefa da Polícia Federal e Ministério Público Federal, na chamada Operação Lava-Jato, investiga ampla e sofisticada organização criminosa a drenar recursos de contratações públicas, principalmente na maior empresa do Brasil controlada pelo Estado, para enriquecimento ilícito, cooptação de apoio parlamentar no Congresso Nacional e irrigação indevida de campanhas eleitorais, tudo a evidenciar a gravidade do problema, a urgência de seu

enfrentamento e a necessidade de fortalecer os modos capazes de prevenir a disseminação da corrupção sistêmica.

Sucessivos levantamentos realizados pela Transparência Internacional e pesquisas de opinião promovidas por institutos nacionais mostram a corrupção como uma das mais graves vicissitudes do país, a ensejar novas medidas capazes de, ao menos, reduzi-la a patamares que não comprometam a higidez da gestão pública e do sistema político.

Para tanto, o estudo e a disseminação do conhecimento sobre o controle da Administração Pública pode contribuir para o seu fortalecimento e maior eficiência, impulsionando a transparência e robustecendo a blindagem institucional anticorrupção.

Assim, o presente trabalho parte de uma indagação central fundamental, a qual pretende-se responder ao final: qual o melhor modelo institucional de controle interno da Administração Pública para o Brasil?

Para se chegar a uma conclusão fundamentada e abalizada, será preciso esquadrihar o modo de organização do controle da Administração brasileira, identificando suas virtudes e defeitos principais, bem como a possível ocorrência de sobreposições e redundâncias entre o controle interno e externo, bem como de eventual sinergia e colaboração, elaborando-se análise crítica da situação identificada.

Nesta reflexão acadêmica, de intensa aplicação prática e com propósito inovador, algumas das questões que se apresentam e serão enfrentadas podem ser singelamente formuladas nas seguintes expressões: o aumento do controle interno representa burocratização e maior gasto público ou melhora a eficiência e economiza recursos escassos? Novas leis que multiplicam os papéis dos órgãos de controle interno comprometem a segurança jurídica ou reforçam e melhoram a gestão pública? As novas tecnologias e a maior participação social favorecem ou dificultam o controle da administração? Mudanças na previsão constitucional do controle são convenientes? Quais os paradigmas internacionais a serem considerados para eventual aprimoramento institucional? É possível avaliar a eficiência do sistema de controle interno de cada Poder? Como o sistema de controle interno se relaciona com a promoção da transparência e com o enfrentamento da corrupção?

Certo é que o controle interno da Administração Pública vem passando por significativas mudanças na realidade brasileira das décadas mais recentes, obtendo reconhecimento social e político como assunto nacional relevante, a motivar inúmeras publicações pela imprensa, projetos de lei e de emenda à Constituição no Parlamento, decisões governamentais a seu respeito e presença constante em diversos debates realizados, a evidenciar a importância de ser estudado pela ciência jurídica na atualidade em sua dupla dimensão: a teórico-conceitual e a aplicada.

A Tese delineada pretende contemplar a complexidade do assunto e suas principais repercussões acadêmicas e práticas, buscando contribuir para o desenvolvimento do direito nacional a partir do tratamento de tema não exaurido por estudos científicos, cuja abordagem pode ajudar a preencher verdadeira lacuna hoje existente, vez que a moldura constitucional aberta, as novas leis com competências adicionais ao sistema de controle interno e experiências organizacionais dos últimos anos ainda não foram completamente analisadas pela Academia, permitindo contribuição, com originalidade, para a complementação doutrinária e para o possível aprimoramento funcional do sistema na prática administrativa de nosso país.

A reflexão sobre o modelo de controle interno, em sua relação direta com a transparência e o enfrentamento da corrupção, que possa ser mais consentâneo com os postulados da Constituição em vigor, adequado às demandas da sociedade e capaz de concretizar sua finalidade institucional, comparando-o com algumas configurações internacionais selecionadas, pode, assim, propiciar apontamentos inovadores para a ciência jurídica nacional, justificando plenamente sua inserção no programa de pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, cuja excelência é notória.

CAPÍTULO 1

LIMITAÇÃO DO PODER DO ESTADO E CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CONCLUSÃO

A organização do Estado, para bem corresponder às aspirações da coletividade, é missão permanente de todos quantos, não se deixando abater por pessimismos nem radicalismos extremos, preocupem-se com o futuro da humanidade, tentando oferecer cada qual sua contribuição para o legado que, de um modo ou de outro, fruto de ação ou omissão, poderá ficar.

Como uma imensa pedra preciosa em constante processo de lapidação, feita a milhões de mãos e sonhos, a cada dia, a cada eleição, a cada imposto pago, a cada atitude compartilhada, a cada petição e a cada decisão, a cada crítica e a cada elogio, a poderosa representação abstrata da sociedade, que mais efeitos concretos produz na vida real e também na simbólica, vai tomando a forma, às vezes rapidamente, outras muito devagar, que a resultante desse movimento quis esculpir.

A geração que hoje convive sob o Estado Democrático de Direito, não tendo que construir, direta e imediatamente, o ordenamento jurídico e as demais condições políticas, econômicas, sociais e culturais para a garantia dos valores e princípios decorrentes da liberdade, da dignidade, da igualdade e da justiça, pode não valorizar e não se preocupar com isso, como também tem a oportunidade de, querendo, tentar fazer o que estiver ao seu alcance para deixar, mesmo que um minúsculo – mas efetivo – contributo a esta obra, sempre em transformação.

A Tese aqui defendida assenta-se na concepção de que organizar adequadamente o Estado, por meio do seu aperfeiçoamento interior, guarda sintonia com a tripartição dos Poderes e de outros mecanismos de freios e contrapesos, capazes de impedir abusos e manter equilíbrio harmônico.

Reforça-se a lógica de que o poder deve controlar o próprio poder, para que o povo não deixe de ser o elemento soberano da República, sendo a estruturação e o correto funcionamento do controle interno da Administração Pública modo efetivo, ainda que modesto, de se tentar evitar o desvirtuamento do propósito estatal e sua indesejável ruptura com a democracia.

As quatro macrofunções do controle interno – auditoria, ouvidoria, correição e controladoria – implementadas como sistema integrado em cada um dos Poderes, conforme determina a Constituição Cidadã de 1988, em linha evolutiva com o desenvolvimento institucional brasileiro, contribui para que a Administração Pública possa ser transparente, aberta, participativa, prestadora de bons serviços, gestora esmerada do patrimônio e do interesse públicos, sem se deixar estigmatizar como espaço de impunidade, nem caia contaminada e dominada pela corrupção sistêmica, cujo efeito nefasto tem potencial para aniquilar até a essência democrática do Estado de Direito.

Para tentar verificar a ocorrência da hipótese inicialmente aventada e motivadora da presente incursão acadêmica, utilizou-se como metodologia ampla pesquisa bibliográfica, com recorte jurídico e focado na temática cujo elemento central consiste no controle interno da Administração Pública, sua estruturação, modo de funcionamento, propósitos e finalidades, no contexto de uma gestão estatal em dinâmica mudança, e com agudo enfrentamento da corrupção.

Foram identificadas expressivas publicações especializadas nacionais sobre o tema, inicialmente a partir da biblioteca da Faculdade de Direito da USP, bem como algumas publicações internacionais, buscadas a partir da biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, mas em menor quantidade e sem o destaque procurado para o controle interno.

A doutrina consultada, em especial os autores da Teoria Geral do Estado, do Direito Administrativo e do Direito Constitucional, fornecem sólida base conceitual para alicerçar a necessidade do efetivo controle da Administração Pública, a ser desempenhado pelo cidadão, pela sociedade e por suas entidades, pelas instituições públicas responsáveis pelo controle interno e externo, e a exigência, pela ordem normativa em vigor, de sua apropriada organização e correito funcionamento.

Também foram pesquisados elementos da organização administrativa do controle interno, tanto normativos, quanto técnicos, práticos e opinativos, cada qual devidamente consignado e analisado.

Alguns dos principais conceitos jurídicos balizadores da matéria ficaram devidamente anotados e considerados, bem assim em relação aos mais relevantes instrumentos jurídicos internacionais anticorrupção e de promoção da transparência, verificando-se a elevada influência que tiveram na produção legislativa infraconstitucional, assim como cotejaram-se os modelos de controle da União Europeia, com destaque para Portugal, e alguns elementos da organização estatal norte-americana.

Verificou-se haver elevada percepção de corrupção no Brasil, ainda que baixo o percentual de pessoas que confessam ter pago propina, e avaliação acima da média quando se verifica o grau de transparência pública aqui praticada, conforme os quadros ilustrativos constantes do Anexo 1.

As avaliações nacionais, centradas na aferição da transparência do Poder Público em nível estadual e municipal, demonstram uma rápida evolução nos anos recentes, garantindo-se razoável observância da garantia do acesso à informação na maioria dos Estados e das Capitais.

O panorama histórico da previsão constitucional do controle da Administração Pública no Brasil revelou como ele se altera por consequência do regime adotado ser democrático ou autoritário, com maior ou menor controle da sociedade sobre o aparato estatal, atingindo seu ápice, até agora, com a vigente Constituição.

Publicações técnicas foram obtidas, especialmente sobre a macrofunção auditoria, e eventos especializados foram frequentados, tanto em território brasileiro quanto no exterior, de dimensão regional e global.

Dados práticos restaram carregados e relacionados no Anexo 3, capazes de proporcionar diagnóstico preciso sobre a situação do controle interno na Federação, ao menos quanto à sua estruturação atual, amplamente majoritária como Controladoria detentora das quatro macrofunções, tanto nos Estados como no Distrito Federal e nas Capitais, à luz do exemplo organizacional dado pela Controladoria Geral da União.

Para a avaliação de sua eficiência quanto à transparência e ao enfrentamento da corrupção, buscaram-se os indicadores internacionais e nacionais já mencionados, e

também pesquisa de opinião junto à maior parte dos representantes de órgãos de controle interno participantes do Conselho Nacional de Controle Interno, integrante do Apêndice.

O resultado da pesquisa de opinião dos Controladores apontou a impunidade e a atuação de organização criminosa como os fatores mais relevantes a propiciar a corrupção sistêmica revelada, aliados a uma cultura permissiva e à insuficiência ou ineficiência dos controles.

Como medida mais efetiva e eficaz para a prevenção da corrupção em instituições públicas, foi majoritariamente apontado o necessário fortalecimento dos controles internos e da transparência, e o controle externo como mais importante na prática brasileira.

Os atuais Controladores revelaram, majoritariamente, satisfação com a estruturação dos órgãos de controle que dirigem, e classificaram a atuação finalística como regular e boa, majoritariamente. 80% preferem o modelo institucional de controle interno centralizado, com as quatro macrofunções em um mesmo órgão, e 20% afirmaram preferir o modelo descentralizado, em correspondência aproximada com a situação fática da estruturação atual.

A fim de prospectar sobre o futuro do controle interno da Administração Pública, para além das desafiadoras tarefas institucionais já assinaladas pelos recentes estatutos normativos da transparência, da garantia do acesso à informação, da punição de empresas por atos de corrupção, da ficha limpa, das parcerias e das estatais, dentre outros, foram pesquisados os projetos de lei atualmente existentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

E também foram trazidos, ao Anexo 2, os 6 Projetos de Lei e 1 Proposta de Emenda Constitucional formulados e revistos por especialistas, a convite da Transparência Internacional e da Fundação Getúlio Vargas, na iniciativa intitulada Novas Medidas Contra a Corrupção, a permitir seja antevisto os possíveis novos passos a serem dados nesta firme caminhada democrática e republicana, sem desvios nem atalhos conducentes a conhecidos precipícios.

A ocorrência dos dois maiores escândalos das últimas duas décadas no Brasil, aqui estudados, expôs a vulnerabilidade de portentosas companhias que, controladas pelo governo federal, não estavam dotadas de suficientes controles internos,

capazes de assegurar canal de denúncias, apuração consistente, auditoria confiável, transparência apta a permitir controle social contra ingerências superiores desvirtuadoras de seus lícitos propósitos originais.

Assim, resta demonstrada a aptidão do modelo institucional de organização do controle interno do Poder Executivo no Brasil, de modo a buscar assegurar um fundamental direito, já proclamado no século XVIII, pelo artigo 15 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão: a sociedade tem o direito de pedir contas a todo agente público pela sua administração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Claudio Weber. **Percepções pantanosas**: a dificuldade de medir a corrupção. In: Novos Estudos - CEBRAP, n. 73, p. 33-37, 2005.
- ALENCAR, Carlos Higino Ribeiro de. Eficiência, proporcionalidade e escolha do procedimento disciplinar. In: Revista Controladoria-Geral da União, Ano V, n. 8, Brasília: CGU, p. 40-48, outubro 2010.
- ALLEN, Richard I. G. *Le contrôle de gestion dans les administrations publiques modernes – introduction. In: OCDE. Le contrôle de gestion dans les administrations publiques modernes. Études comparatives des pratiques. Documents Sigma, n. 4. Paris: Éditions OCDE, 1996 pp. 11-28.*
- ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de. **Contrato Administrativo**. São Paulo: Editora Quartier Latin, 2012.
- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: um curso moderno e completo. 7ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ALEX, Robert. *Teoría de los derechos fundamentales. 3 ed. Madrid: Centro de Estudios Políticos, 2002.*
- ANAND, Vikas; ASHFORTH, Blake E.; JOSHI, Mahendra. *Business as usual: the acceptance and perpetuation of corruption in organizations. Academy of Management Executive. v. 19. n. 4. 2004, p. 9-23.*
- AMARAL FILHO, Marcos Jordão Teixeira do. O Ombudsman e o controle da administração. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Ícone, 1993.
- AMARAL JÚNIOR, José Levi Mello do. 20 anos da Constituição Brasileira de 1988: A Constituição foi capaz de limitar o poder? In: MORAES, Alexandre de. Os 20 anos da Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Atlas, 2008, p. 125-137.
- _____. Sobre a organização de poderes em Montesquieu: comentários ao Capítulo VI do Livro XI de O Espírito das Leis. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 868, p. 53-68, 2008..
- ANGELI, Alzira Ester. Visão Geral das Agências norte-americanas contra a corrupção numa análise comparativa com a Controladoria-Geral da União. In: Revista da CGU. Ano IV, n. 7, Brasília: CGU, p. 79-95, dezembro 2009.
- ARAÚJO, Edmir Netto de. **Curso de Direito Administrativo**. 3. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.
- _____. Controle interno e externo da administração. **Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 63/64, p. 51-84, jan./dez. 2006.
- ARAÚJO, Felipe Dantas. Criminologia crítica e política criminal antilavagem de dinheiro e contrafinanciamento do terrorismo: barreira epistêmica e agenda de diálogo. Revista Brasileira de Políticas Públicas. v. 2. n. 2. p. 1-27. jul./dez. 2012.
- ARISTÓTELES. Política. Tradução Pedro Constantin Tolens. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- ARRIETA, Lindsay B. Taking the jeitinho out of brazilian procurement: the impact of brazil's anti-bribery law. **Public Contract Law Journal**, v. 44, n. 1, p. 157-178, 2014.

ARTICLE 19. Monitoramento da Lei de Acesso à Informação Pública em 2014. Equipe Artigo 19 Brasil. 2014. <http://artigo19.org/wp-content/uploads/2015/05/Monitoramento-da-Lei-de-Acesso-%C3%80-Informa%C3%A7%C3%A3o-P%C3%BAblica-em-2014.pdf>

ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL. Diretrizes para o aprimoramento dos tribunais de contas do Brasil: resoluções da atricon. Recife. Editora Atricon, 2015.

ASSONI FILHO, Sérgio. **Transparência Fiscal e democracia**. Porto Alegre: Núria Fabris, 2009.

AUAD, Denise; DE OLIVEIRA, Bruno Batista da Costa. “Direitos Humanos, Democracia e Justiça Social: uma homenagem à Professora Eunice Prudente – Da militância à academia”. São Paulo: Editora Letras Jurídicas, 1ª Edição, 2017.

AYRES, Ian; BRAITHWAITE, John. Tripartism: regulatory capture and empowerment. *Law & Social Inquiry*, v. 16, n. 3, p. 435-496, 1991.

AZEVEDO, Sandson Barbosa; GERVASIO, Tamires Cunha. A percepção da aplicabilidade da lei de conflito de interesses por servidores da Controladoria-Geral da União. *Periódico Científico Negócios em Projeção*, vol. 5, n. 1, jun./2014, págs. 22-40

BACIGALUPO, Enrique. **Compliance y derecho penal**. Navarra: Aranzadi, 2011.

BARCELLOS, Ana Paula; BARROSO, Luís Roberto. O começo da história: a nova interpretação constitucional e o papel dos princípios no direito brasileiro. In: SILVA, Luís Virgílio Afonso da. **Interpretação constitucional**. São Paulo: Malheiros, p. 271-316, 2005.

_____. *Direito administrativo*. 15 ed., São Paulo: Atlas, 2003.

BAGLEY, Constance E.; DAUCHY, Craig E. **The Entrepreneur’s guide to Business Law**. 4th Ed. Singapore: SouthWestern Cengage Learning, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUTISTA CELY, Martha Lucía et. al. **Direito Disciplinário Internacional**: Estudos sobre a formação, profissionalização, disciplina, transparência, controle e responsabilidade da Função Pública. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

BLIACHERIENE, Ana Carla; BRAGA, Marcus Vinícius de Azevedo; RIBEIRO, Renato Jorge Brown. **Controladoria no Setor Público**. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

BEEKARY, Navin. *The international Anti-Money Laundering and Combating the Financing of Terrorism regulatory strategy: a critical analysis of compliance determinants in International Law*. **Northwestern Journal of International Law & Business**. v. 31. 2011. p. 137-193.

BIEGELMAN, Martin; BIEGELMAN, Daniel. **Foreign Corrupt Practices Act Compliance Guidebook: Protecting Your Organization from Bribery and Corruption**. New Jersey: Wiley & Sons, 2010.

_____.; BIEGELMAN, Daniel.. **Building a World-Class Compliance Program: Best Practices and Strategies for Success**. New Jersey: Wiley & Sons, 2008.

_____.; BIEGELMAN, Daniel; BARTOW, Joel (2nd Ed.). **Executive Roadmap to Fraud Prevention and Internal Control: Creating a Culture of Compliance**. New Jersey: Wiley & Sons, 2012.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. **A teoria das formas de governo**. 10. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

_____. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 3 ed., São Paulo: Paz e Terra, 1990.

_____. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOCHENEK, Antonio César. A Lava Jato não pode parar. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02.06.16.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 19 ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

_____. ANDRADE, Paes de. **História constitucional do Brasil**. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BORGES, Ivo de Souza. O controle social e a transparência pública na democracia brasileira. In: Revista da Controladoria-Geral da União. Ano VI, Brasília: CGU, p. 150-159, julho, 2011.

BOUVIER, Michel; ESCLASSAN, Marie-Christine; LASSALE, Jean-Pierre. **Finances Publiques**. 10^a édition. Paris: L.G.D.J., 2010.

BRAND, Vivienne; LOMBARD, Sulette. Good governance practice in relation to corporate whistleblowing. Governance Directions. v. 67. n. 1. 2015, p. 10-13.

BRENO, Juliana. FCPA, UK Bribery Act e Lei 12.846/13 Avanços e desafios. In: Congresso AMCHAM Rio Novembro de 2013. Disponível em: http://www.amchamrio.com.br/src/releases/juliana_breno.pdf

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma do Estado dos anos 90**: lógica e mecanismos de controle. Brasília: MARE, 1997.

BRITTO, Carlos Ayres. Distinção entre ‘controle social do poder’ e ‘participação popular’. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Renovar, v. 189, jul./set. 1992.

BRITTO, Carlos Ayres. A vitória da toga sobre o colarinho branco. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 29.05.2016.

CALDAS, André Moz. A Magistratura dos Censores e o Combate à Corrupção em Roma. Lisboa: AAFDL, 2017.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Constituição dirigente e vinculação do legislador**: contribuição para a compreensão das normas constitucionais programáticas. 2 ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2001.

_____. **Direito constitucional**. 6 ed. Coimbra: Almedina, 1993.

CAMPOS, Patrícia Toledo de. Comentários à Lei nº 12.846/2013 – Lei anticorrupção. In: Revista Digital de Direito Administrativo(RDDA), v. 2, n. 1, p. 160-185, 2015. .

CARDOSO, Cleia. O Controle interno de legalidade pelos Procuradores do Estado. Revista de Informação Legislativa. Brasília. v.30. n.118. p.157-66. abr/jun. 1993.

CARNEIRO, Fernando Toledo. Processo administrativo disciplinar europeu: procedimento e formação de comissões. In: Revista da Controladoria-Geral da União. Ano VI, Brasília: CGU, p. 140-149, julho, 2011.

CARSON, Lindsey D. and PRADO, Mariana Mota, Mapping Corruption & its Institutional Determinants in Brazil, IRIBA Working Paper: 08, 2014.

CARVALHO, André Castro. Compliance en Latinoamérica: una mirada desde Brasil y México. In: ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO – APDA. Disponível em: <https://www.apda-sp.com/publicacoes/compliance-en-latinoamerica>

_____. Breve análise das mudanças na legislação de Angola e Moçambique com relação ao combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (CBC/CFT). 24 nov. 2016. Disponível em: <http://www.lecnews.com/artigos/2016/11/24/breve-analise-das-mudancas-na-legislacao-de-angola-e-mocambique-com-relacao-ao-combate-ao-branqueamento-de-capitais-e-aofinanciamento-do-terrorismo-cbccft/>

CARVALHOSA, Modesto. **O livro negro da corrupção**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

CASSARA, John A. Trade-Based MoneyLaundering: The Next Frontier in International Money Laundering Enforcement. New Jersey: Wiley & Sons, 2016.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. Tradução Roneide Venancio Majer. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

CASTRO, Flávia de Almeida Vivas de. O controle dos atos de governo. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 88, n. 760, p. 49-63, fev. 1999.

CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de. Sistema de Controle Interno: uma perspectiva do modelo de gestão pública gerencial. 2. ed. rev. ampl. Belo Horizonte. Editora Fórum, 2008.

_____. Breve ensaio sobre o sistema de controle interno no Brasil - uma agenda para os próximos cinco anos e a redefinição do denominado modelo de gestão gerencial. Fórum de Contratação e Gestão Pública. Belo Horizonte. v.11. n.128. p.41-9. ago. 2012.

_____. Sistema de controle interno: perspectiva gerencial e o princípio da eficiência. A & C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional. Belo Horizonte. v.7. n.30. p.63-72. out./dez. 2007.

_____. Sistema de controle interno. Fórum de Contratação e Gestão Pública. Belo Horizonte. v.6. n.65. p.55-8. maio. 2007.

CAVALCANTI, André Luiz Cordeiro; PENA, Maurício. -- Sistemas de auditoria como ferramenta do controle interno da Administração Pública. Fórum de Contratação e Gestão Pública. Belo Horizonte. v.6. n.62. p.7-15. fev. 2007.

CHAVES, Francisco Eduardo Carrilho. Controle externo da gestão pública: a fiscalização pelo Legislativo e pelos Tribunais de Contas. Niterói: Impetus, 2007.

CHOO, Kim-Kwang Raymond. *Cryptocurrency and virtual currency: corruption and money laundering/terrorism financing risks?* In: CHUEN, David Lee Kuo (Ed.). *Handbook of digital currency*. San Diego: Elsevier, 2015, p. 286-307.

CHRÉTIEN, Patrice; CHIFFLOT, Nicolas; TOURBE, Maxime. "Droit Administratif". Paris: Sirey / Dalloz, 15^e Édition, 2016.

CINTRA JUNIOR, Dyrceu Aguiar Dias; VILLEN, A.C. Controle externo e interno do Judiciário. Revista dos Tribunais. São Paulo. v.84. n.720. p.343-6. out. 1995.

CLAYTON, Mona. Entendendo os desafios de Compliance no Brasil: um olhar estrangeiro sobre a evolução do Compliance anticorrupção em um país emergente. In: DEBBIO, Alessandra Del. MAEDA, Bruno Carneiro. AYRES, Carlos Henrique da Silva (Org.). **Temas de Anticorrupção e Compliance**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013, p. 149-166.

COMPARATO, Fábio Konder. Ética direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CONFERÊNCIAS DA IGAI. Inspeção Geral da Administração Interna. Ano 2001.

CONTI, José Mauricio; CARVALHO, André Castro. O controle interno na Administração Pública brasileira: qualidade do gasto público e responsabilidade fiscal. **Direito Público**, ano VIII, n. 37, jan/fev 2011, Porto-Alegre-Brasília: Síntese-IDP, pp. 201-220.

_____. Controle interno mostra sua força no combate à corrupção. In Consultor Jurídico, 19.11.2013. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2013-nov-19/contas-vista-controle-interno-mostra-forca-combate-corrupcao>>. Acesso em 10.01.2019.

_____. Federalismo fiscal. Barueri: Manole, 2004.

CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL e dos Serviços Tutelados pelo MAI. Inspeção-Geral da Administração Interna. Volume II. IGAI, 1998-2002.

CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL. Inspeção-Geral da Administração Interna. IGAI, 1998.

CONWAY, Susan; CONWAY, Mara. *Essentials of Enterprise Compliance*. New Jersey: Wiley & Sons, 2008.

COSTA, Helena Regina Lobo da; ARAÚJO, Marina Pinhão Coelho. Compliance e o julgamento da APn 470. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 22, n. 106, p.215-230, jan./fev. 2014.

COSTA, Moacyr Lobo da. Três estudos sobre a doutrina de Duguit. São Paulo: Ícone Editora, 1997.

COSTA, Susana Henriques da; SILVA, Paulo Eduardo Alves da Silva (Coord.) **Improbidade Administrativa** (Série Pensando o Direito, Vol. 34), Brasília, Ministério da Justiça, 2010.

COUTINHO, Nilton Carlos de Almeida; NAKAMURA, André Luiz dos Santos (org.). **Direito Administrativo**. São Paulo: Editora Coutinho, 2ª Edição, 2017.

COX, Dennis. *Handbook of Anti-Money Laundering*. West Sussex: Wiley & Sons, 2014.

CULTURAS E SEGURANÇA. Racismo, Imigração, Jovens em grupo. Seminário Internacional. IGAI. Lisboa, Portugal. 2001.

DALLAGNOL, Deltan. **A luta contra a corrupção**. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2017.

_____. Lava Jato não usa prisões para obter colaboração de réus. **Portal UOL**, 17.11.15, disponível em: < <https://bit.ly/2Fd2qZI> >, acesso em 10.01.2019.

_____.; POZZOBON, Roberson, NORONHA, Júlio. Justiça sem privilégios. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06.12.15.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 17. ed., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1993.

DAVIS, Kevin E. Civil remedies for corruption in government contracting: zero tolerance versus proportional liability. **NYU School of Law, Public Law Research Paper**, n. 09-22, p. 09-16, 2009.

DE SANCTIS, Fausto Martin. Voice and Accountability: Improving the Delivery of Anticorruption and Anti-Money Laundering Strategies in Brazil. In: **The World Bank Legal Review** Volume 6 Improving Delivery in Development: The Role of Voice, Social Contract, and Accountability, p. 391 – 413, 2015.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 13. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2001.

_____. **Discrecionalidade administrativa na Constituição de 1988**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. Participação Popular na Administração Pública. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 191, p. 26-39, jan. 1993.

DIANESE, Miguel Augusto Barbosa. Uma análise dos instrumentos garantidores das práticas de boa governança pública em municípios: controle interno e conselho de controle e acompanhamento do Fundeb. **Revista do Tribunal de Contas da União**. Brasília. v.40. n.111. p.73-86. jan./abr. 2008.

DIREITOS HUMANOS E EFICÁCIA POLICIAL. Sistemas de Controle da Actividade Policial. Seminário Internacional. IGAI. Lisboa, Portugal. 1998.

DRUCKER, Peter F. What is “business ethics”? *The McKinsey Quarterly*. n. 3. Autumn 1981, p. 2-15.

DUBOIS, Pascale Hélène; NOWLAN, Aileen Elizabeth. Global Administrative Law and the Legitimacy of Sanctions Regimes in International Law. **Yale Journal of International Law**, v. 36, p. 15–25, 2010.

DUGUIT, Léon. **Traité de Droit Constitutionnel**. Paris: Ancienne Librairie Fontemoing & C'Éditeurs, 1923.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 14 ed. São Paulo. Editora Perspectiva S. A., 1977.

ELIASBERG, Wladimir. *Corruption and bribery. In: The Journal of Criminal Law, Criminology, and Police Science*, 1951.

EUROPEAN COMMISSION. *Tools and Methods Series. Supporting Anti-Corruption Reform In Partner Countries Concepts, Tools And Areas For Action. Concept paper n° 2*. 2011. Disponível em: https://ec.europa.eu/europeaid/sites/devco/files/methodology-toolsand-methods-series-anti-corruption-reform-short-version-201108_en_5.pdf

FACCIONI, Victor J. Urgências do controle interno. Interesse Público. Belo Horizonte. v.9. n.46. p. 67-72. nov./dez. 2007.

_____. A administração pública e controle interno e externo. Fórum de Contratação e Gestão Pública. Belo Horizonte. v.9. n.97. p.44-8. jan. 2010.

FALCÃO, Joaquim. Lava Jato muda a Justiça e a advocacia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 jul. 2015, p. A3.

_____.; OLIVEIRA, Fabiana Luci de. Poder Judiciário e Competição Política: as eleições de 2010 e a lei da "ficha-limpa". **Opinião Pública**, v. 18, n. 2, p. 337-354, 2012.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. Rio de Janeiro, Editora Globo, 2000.

FERRAZ, Luciano. Reflexões sobre a Lei nº 12.846/2013 e seus impactos nas relações público privadas–Lei de improbidade empresarial e não lei anticorrupção. 2014.

FERRAZ JUNIOR. Tercio Sampaio. Introdução ao estudo do direito: técnicas, decisão, dominação. São Paulo: Atlas, 1988.

FERREIRA, Luciano Vaz; MOROSINI, Fabio Costa. A implementação da lei internacional anticorrupção no comércio: o controle legal da corrupção direcionado às empresas transnacionais. Austral, p. 257.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. -- Controle interno - dever de estruturar. Fórum de Contratação e Gestão Pública. Belo Horizonte. v.5. n.54. p.7297. jun. 2006.

FERNÁNDEZ JUNQUERA, Manuela; SESMA SÁNCHEZ, Begona. -- *Situación actual y perspectivas del control interno: el control financiero (II)*. *Revista de Derecho Financiero y de Hacienda Publica. Madrid*. v.51. n.262. p.787-830. oct./dic. 2001.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. 30 ed. São Paulo Saraiva: 2003, 371 p.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. 21 ed. rev. São Paulo Saraiva: 1994.

FREITAS, Juarez. A melhor interpretação constitucional **versus** a única resposta correta. In: SILVA, Luís Virgílio Afonso da. Interpretação constitucional. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 317-356.

_____. O controle dos atos administrativos e os princípios fundamentais. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 1999, 213 p.

FIGUEIREDO, Marcelo. O controle da moralidade na constituição. 1. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

FILGUEIRAS, Fernando. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 2, 2009. p. 386-421

_____. Sociedade Civil e Controle Social da Corrupção. **Opinião Pública e Conjuntura Política**, Belo Horizonte, Ano III, Número IV, Dezembro de 2011, p. 14-28.

FILHO, Gilberto Batista Naves. Aspectos polêmicos acerca do controle interno. In: Revista Controladoria-Geral da União, Ano VI, n. 9, Brasília: CGU, p. 73-83, junho 2011.

FRANÇA, Phillip Gil. O Controle da Administração Pública: discricionariedade, tutela jurisdicional, regulação econômica e desenvolvimento. 3. ed. rev. e atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

FRIAS, Maria Cristina; CARVALHO, Mario Cesar. Há desejo de dizer que todo mundo é corrupto, diz vice de Marina em 2010. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15.06.16, pág. A8.

FUKUYAMA, Francis. *Political order and political decay: From the industrial revolution to the globalization of democracy*. Macmillan, 2014. Cap. 5, p. 81-93.

GAULT, David Arellano; GALICIA, Jesús Fidel Hernández; LEPORE, Walter. *Corrupción sistémica: límites y desafíos de las agencias anticorrupción. El caso de la Oficina Anticorrupción de Argentina*. Revista del CLAD Reforma y Democracia, n. 61, p. 75-106, 2015

GASPARDO, Murilo. “Democracia e Policentrismo do Poder”. São Paulo: Editora Alameda, 1ª Edição, 2016.

GELLHORN, Ernest; LEVIN, Ronald M. *Administrative Law and Process in a Nutshell*, 5th. ed., Thompson West, West Nutshell Series, 2006.

GIRLIND, Philippa. *Operational risk management: A Complete Guide to a Successful Operational Risk Framework*. New Jersey: Wiley & Sons, 2013.

GODINHO, Thiago José Zanini. Contribuições do direito internacional ao combate à corrupção. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, n. 58, p.347-85, jan./jun. 2011.

GOLDEN, Thomas; SKALAK, Steve; CLAYTON, Mona. **A Guide to Forensic Accounting Investigation**. United States: by John Wiley and Sons, 2006.

GOMES, Emerson Cesar da Silva. **Responsabilidade financeira**: uma teoria sobre a responsabilidade no âmbito dos tribunais de conta. Porto Alegre: Núria Fabris, 2012.

GOMES, Luiz Flavio. Poder Judiciário controle interno e externo e revisão constitucional. Revista do Advogado. São Paulo. n.43. p.46. jun. 1994.

GORDILLO, Augustín. Problemas del control de la Administración Pública en América Latina. Madrid: Civitas, 1981.

GORDON, Roger. Losing the war against dirty money: rethinking global standards on preventing money laundering and terrorism financing. Duke Journal of Comparative & International Law. v. 21. p. 503-565. 2010-2011.

GRAF LAMBSDORFF, Johann. The organization of anticorruption: Getting incentives right. In: ROTBERG, Robert I. (ed.). **Corruption, Global Security, and World Order**. Washington: The Brookings Institution Press, 2009.

GRAU, Eros. Crítica da discricionariedade e restauração da legalidade. In: ROCHA, Carmen Lúcia Antunes (Org.). **Perspectivas de direito público**: estudos em homenagem a Miguel Seabra Fagundes. Belo Horizonte: Del Rey, p. 307-335, 1995.

GUERRA, Evandro Martins. Aspectos jurídicos do controle interno. Fórum de Contratação e Gestão Pública. Belo Horizonte. v.1. n.11. p.1299-302. nov. 2002.

_____. Controle sistêmico: a interação entre os controles interno, externo e social. Fórum de Contratação e Gestão Pública. Belo Horizonte. v.7. n.82. p.46-56. out. 2008.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**: estudos de teoria política. São Paulo: Loyola, 2002.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. The federalist papers. London: Penguin Books, 1987.

HARADA, Kiyoshi. Controle da administração pública - O poder da autotutela (controle interno) - Atuação do Tribunal de Contas (controle externo). BDA: Boletim de Direito Administrativo. São Paulo. v.13. n.11. p.732-5. nov. 1997.

HARDOON, Deborah; HEINRICH, Finn. Transparency International. Global Corruption Barometer. 2013. Disponível em: <<http://www.transparency.org/gcb2013>>

HAURIOU, Maurice. **Précis de Droit Administratif**. 1893.

HESSE, Konrad. A força normativa da Constituição. Porto Alegre: Sergio Fabris Editor, 1991.

HIRST, Paul Q. **A democracia representativa e seus limites**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

HOMEM, António Pedro Barbas. “A Lei da Liberdade – Volume I: Introdução Histórica ao Pensamento Jurídico. Época Medieval e Moderna”. Cascais: Editora Principia, Publicações Universitárias e Científicas, 1ª Edição, 2001.

_____. O espírito das instituições – um estudo de história do Estado. Coimbra: Almedina, 2006.

_____. História das Relações Internacionais: o direito e as Concepções políticas na Idade Moderna. Coimbra: Almedina, 2003.

_____. *Judex Perfectus*: função jurisdicional e estatuto judicial em Portugal. 1640-1820. Coimbra: Almedina, 2003.

INTERNAL AUDIT COMMUNITY OF PRACTICE. *Good Practice Internal Audit Manual Template. Europe and Central Asia. PEMPAL IACOP, 2012.*

_____. *Good Practice Continuing Professional Development Manual Template. Europe and Central Asia. PEMPAL IACOP, 2013.*

_____. *Internal Audit Body of Knowledge. First Version. Europe and Central Asia. PEMPAL IACOP, 2013.*

_____. *Quality Assessment Guide For Public Sector Internal Audit: A Toolkit For Quality Improvement. Europe and Central Asia. PEMPAL IACOP, 2016.*

IV **GLOBAL FORUM OF FIGHTING CORRUPTION. ANNALS**. Edited and Published by the Office of the Comptroller General of Brazil. Brasília, DF. 2005.

JORGE, Flávio Cheim. RODRIGUES, Marcelo Abelha. A tutela processual da improbidade administrativa, in Improbidade administrativa: questões polêmicas e atuais. In: BUENO, Cássio Scarpinella; PORTO

FILHO, Pedro Paulo de Rezende (org.). **Improbidade administrativa**: questões polêmicas e atuais. São Paulo: Malheiros, 2003, pp. 217 – 228.

KJELLBERG, Francesco. *Conflict of interest, corruption or (simply) scandals?*. *Crime, Law and Social Change*, v. 22, n. 4, p. 339-360, 1994. APA.

KLITGAARD, Robert E. *Controlling corruption*. Berkeley: University of California Press, 1987. KOH, Jaemyong. *Supressing Terrorist Financing and Money Laundering*. Berlin: Springer, 2006.

LAFER, Celso. Direitos humanos e democracia no plano interno e internacional. **Política Externa**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 68-76, set.-nov. 1994.

_____. Diplomacia e transparência: o arquivo do Itamaraty. Acervo – **Revista do Arquivo Nacional**, Brasília, v. 4, n. 2, e v.5, n. 1, p. 35-44, jul.-dez. 1989 e jan.-jun. 1990.

LAZZARINI, Sérgio G. Capitalismo de laços: os donos do Brasil e suas conexões. RJ: Elsevier, 2011.

LEITE, Celso Barroso. Ombudsman – Corregedoria administrativa. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

LEITE, Glauco Costa. **Corrupção Política**: Mecanismos de combate e fatores estruturantes no sistema jurídico brasileiro. Belo Horizonte: Del Rey, 2016.

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. Globalização, regionalização e soberania. São Paulo, Juarez de Oliveira, 2004, 330 p.

LIMOEIRO, Danilo. Efeitos Colaterais do Combate à corrupção. Folha de S. Paulo, São Paulo, 12.04.2016, p. A3. Disponível em: < <https://bit.ly/2TH4N9H> >. Acesso em 10.01.2019.

LISCIANDRA, Maurizio. A Review of the Causes and Effects of Corruption in the Economic Analysis. In: *Organized Crime, Corruption and Crime Prevention*. Springer International Publishing, 2014. p. 187-195.

LIVIANU, Roberto. **Corrupção – Incluindo a Lei Anticorrupção**. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **O direito na história**: lições introdutórias. 2. ed. São Paulo: Editora Max Limonad, 2002.

LOUGHMAN, Brian; SIBERY, Richard. *Bribery and Corruption: Navigating the Global Risks*. New Jersey: Wiley & Sons, 2012.

LOUREIRO, Maria Rita et al. Do controle interno ao controle social: a múltipla atuação da CGU na democracia brasileira. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 17, n. 60, 2012.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Procedimento e sanções na lei anticorrupção: lei 12.846/2013. **Revista dos Tribunais**, v. 103, n. 947, p. 267-279, set. 2014.

LUZ, Thales Tácito Pontes; CERQUEIRA, Pádua. “Ficha Limpa” & Questões Constitucionais “Direito Eleitoral do Inimigo”(retroagir?). *Estudos Eleitorais*, p. 65 et al, 2010.

MAEDA, Bruno Carneiro. Programas de Compliance Anticorrupção: importância e elementos essenciais. In: DEBBIO, Alessandra Del. MAEDA, Bruno Carneiro. AYRES, Carlos Henrique da Silva (Org.). **Temas de Anticorrupção e Compliance**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013, p. 167-201.

MANACORDA, Stefano; CENTONZE, Francesco; FORTI, Gabrio (Eds.) *Preventing corporate corruption: the Anti-Bribery compliance model*. London: Springer, 2014.

MARIZ, Renata. Prisões por corrupção crescem 438% em 4 anos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13.06.16.

MARRARA, Thiago. Acordos de Leniência no Processo Administrativo Brasileiro: Modalidades, Regime Jurídico e Problemas Emergentes. **Revista Digital de Direito Administrativo**, v. 2, n. 2, p. 509-527, 2015.

_____.; GONZÁLEZ, Jorge Agudo, orgs. Controle da administração e judicialização de políticas públicas, São Paulo: Almedina, 2016.

MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva. **Controle da Administração Pública pelo Ministério Público defensor do povo**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

MARTINS, Fernando Rodrigues. **Controle do patrimônio público**. 5. Ed. São Paulo: Ed. RT, 2013.

MARQUES, Marisa Pires. **Mem de Sá: Um Percurso Singular no Império Quinhentista Português**. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2017.

MARQUES, Sílvio Antonio. **Improbidade Administrativa: ação civil e cooperação jurídica internacional**. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. Discricionariedade administrativa e controle judicial da administração. In: SALLES, Carlos Alberto de. **Processo civil e interesse público: o processo como instrumento de defesa social**. São Paulo: RT, 2003, p. 191-198.

_____. Direito e Administração pública: estudos em homenagem a Maria Sylvia Zanella Di Pietro. São Paulo: Atlas, 2013.

_____. Feijoadá à brasileira e combate à corrupção. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19.08.18, p. A3.

MARRARA, Thiago. Direito Administrativo: transformações e tendências. 1 ed. São Paulo: Almedina, 2014.

_____. Controle interno da administração pública : suas facetas e seus inimigos. In: Marrara, Thiago; González, Jorge Agudo, orgs. Controle da administração e judicialização de políticas públicas, São Paulo: Almedina, 2016, pp. 45-65.

MASHAW, Jerry L.; MERRIL, Richard A.; SHANE, Peter M. **Administrative Law: The American Public System. Cases and Materials**. 5ª edição. New Haven: West, 2003.

MEDAUAR, Odete. **Controle da administração pública**. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

_____. **Direito Administrativo Moderno**. 21ª ed., Belo Horizonte: Fórum, 2018

_____. **O direito administrativo em evolução**. Brasília: Editora Gazeta Jurídica, 3ª Edição, 2017.

MEIRA, Jose de Castro. **Controles da administração pública (interno e externo)**. BDA: Boletim de Direito Administrativo. São Paulo. v.12. n.1. p.10-5. jan. 1996.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 20 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1995.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

MENDES, Gilmar. **Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade: estudos de direito constitucional**. 2 ed. São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 1999.

_____. **Controle de constitucionalidade**. São Paulo: Saraiva, 1990.

_____. **Estado de direito e jurisdição constitucional - 2002-2010**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MENEGAZ, Sergio. **Controle interno da administração pública**. Justiça do Direito. Passo Fundo. v.1. n.16. p.319-33. 2002.

MILL, John Stuart. Governo representativo. In: WEFORT, Francisco (Org.). **Os clássicos da política**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2003. v. 2, p. 220.

MILESKI, Helio Saul. **O controle da gestão pública**. Prefácio de Benjamin Zymler, Juarez Freitas. 2ª Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

MINGARDI, Guaracy. **O Estado e o crime organizado**. São Paulo: IBCCrim, 1998.

MINISTÉRIO PÚBLICO. Centro de Apoio Operacional Cível e de Tutela Coletiva. Patrimônio Público. **Apostamentos à lei anticorrupção empresarial** (Lei nº 12.846/13). São Paulo: MP-SP, 2015.

MIRANDA, Jorge. **Curso de direito constitucional: Estado e constitucionalismo. Constituição. Direitos fundamentais**. Vol I. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2016

MONKS, Robert A. G.; Minow; Nell. **Corporate Governance**. 5th Ed. West-Sussex: Wiley & Sons, 2011.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **O espírito das leis**. Tradução Cristina Murachco. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MONTEURO, Fernando. **Anti-Corruption Agencies: solution or modern panacea**. Lessons from ongoing experiences. 2013.

MONTORO, André Franco. **Introdução à Ciência do Direito**. 21ª ed. revista com a colaboração de Luiz Antonio Nunes. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1993.

MORAES, Ana Cláudia de. Uma (re)leitura do poder correicional no estado democrático de direito: prevenção versus repressão. In: Revista da Controladoria-Geral da União. Ano VI, Brasília: CGU, p. 37-49, julho, 2011.

MORAND-DEVILLER, Jacqueline. **Droit Administratif**. 13. ed. Paris: LGDJ, 2013.

MORANGE, Jean. **Direitos Humanos e Liberdades Públicas**. Tradução Eveline Bouteiller. 5ª ed. rev. e ampl. Barueri: Manole, 2004.

MOREIRA, Egon Bockmann; BAGATIN, Andreia Cristina. Lei Anticorrupção e quatro de seus principais temas: responsabilidade objetiva, descon sideração societária, acordos de leniência e regulamentos administrativos. **Revista de Direito Público da Economia**, Belo Horizonte, v. 12, n. 47, p. 55-84, jul./set. 2014.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Legitimidade e discricionariedade**: novas reflexões sobre os limites e controle da discricionariedade. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

_____. **Quatro paradigmas do direito administrativo pós-moderno**: legitimidade, finalidade, eficiência, resultados. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

_____.; FREITAS, Rafael Vêras de. A juridicidade da Lei Anticorrupção. Reflexões e interpretações prospectivas. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, ano 14, n. 156, p. 9-20, fev. 2014.

MORO, Sergio Fernando. Considerações sobre a operação *mani pulite*. **Revista CEJ**, v. 8, n. 26, p. 56-62, 2004.

_____. A Justiça e os decaídos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 31.05.2016.

MOURÃO, Carlos Figueiredo. A advocacia pública como instituição de controle interno da administração. **Interesse Público**. Belo Horizonte. v. 10. n. 52. p. 43-51. nov./dez. 2008.

NAGATA, Bruno, Mitsuo. Fiscalização financeira quanto à legitimidade. 237p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

NALINI, José Renato. *Ética geral e profissional*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

NARDES, João Augusto Ribeiro; ALTOUNIAN, Cláudio Sarian; VIEIRA, Luis Afonso Gomes. *Governança Pública: o desafio do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2014.

NEVES, Marcelo. O novo paradigma para os órgãos de controle interno: da auditoria de conformidade (campo da legalidade) para a auditoria operacional de natureza eminentemente preventiva (campo da legitimidade). *Fórum de Contratação e Gestão Pública*. Belo Horizonte. v.6. n.67. p.40-2. jul. 2007.

NOGUEIRA, José Geraldo de Ataliba. Extensão do conceito de bem público para efeito de controle financeiro interno e externo. In: *Revista de Informação Legislativa*, v. 22, n. 86, p. 283-300, abr./jun. 1985.

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **La modernization du secteur public: modernizer la responsabilité et le contrôle. L'Observateur: Synthèses OCDE** jul. 2005.

_____. **Economic Survey Brazil**. OECD Publishing. Brasil, 2013.

_____. Convention on Combating Bribery of Foreign Public Officials in International Business Transactions and Related Documents. Disponível em: . Acesso em 27 out 2016.

_____. OECD ANTI-BRIBERY CONVENTION. Phase 3 report on implementing the OECD Anti-Bribery Convention in Brazil. October 2014. Disponível em: <http://www.oecd.org/daf/anti-bribery/Brazil-Phase3-Report-EN.pdf>

OLIVEIRA, Gustavo Justino de; SOUSA, Otávio Augusto Venturini de. Controladoria-Geral da União: uma Agência anticorrupção? In: PEREZ, Marcos Augusto; SOUZA, Rodrigo Pagani de (Org.). **Controle da Administração Pública**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2016, v. , p. 323-330.

_____.; SCHWANKA, Christiane. A administração consensual como a nova face da Administração pública no Séc. XXI: fundamentos dogmáticos, formas de expressão e instrumentos de ação. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**.v. 104, São Paulo: Edusp, 2009, pp. 303-322.

OLIVEIRA, José Roberto Pimenta. **Improbidade administrativa e sua autonomia constitucional**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

PRADO, Viviane Muller. TRONCOSO, Maria Clara. Os grupos de empresa na jurisprudência do STJ. In: artigos Direito GV, workingpapers, n. 01, nov. 2007.

OLIVIERI, Cecília. *A Lógica Política do Controle Interno: o monitoramento das políticas públicas no presidencialismo brasileiro*. São Paulo: Annablume, 2010.

_____. A Atuação dos Controles Interno e Externo ao Executivo como Condicionante da Execução de Investimento em Infraestrutura no Brasil. Texto para Discussão (IPEA. Brasília), v. 2252, p. 1-46, 2016.

_____.; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho; LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando. Organizational Learning of Controllers and Controlled Agencies: Innovations and Challenges in Promoting Accountability in the Recent Brazilian Democracy. *American Journal of Industrial and Business Management*, v. 03, p. 43-51, 2013.

OPEN SOCIETY JUSTICE INITIATIVE. *Justice Initiatives: Pretrial Detention*. Spring, 2008.

OSÓRIO, Fábio Medina. **Teoria da improbidade administrativa: má gestão pública, corrupção, ineficiência**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 3ª ed., 2013.

_____. *Direito administrativo sancionador*. 3 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

_____. “Como o Brasil é visto quanto à economia e à corrupção”. Folha de S.Paulo, pág. A3, 07.09.2018.

PAGOTTO, Leopoldo Ubiratan Carreiro. O combate à corrupção: a contribuição do direito econômico. 2010. Tese (Doutorado em Direito Econômico e Financeiro) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PARO, João Pedro. OCDE e a corrupção: o caso português. *Jornal Público*, coluna Opinião, 08.01.19.

PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. Controle interno e externo da administração pública. BDA: Boletim de Direito Administrativo. São Paulo. v.21. n.9. p.1001-9. set. 2005.

PEREZ, José Roberto Rus; BARREIRO, Adriana Eugênia Alvim; PASSONE, Eric (org.). Construindo a Ouvidoria no Brasil. Campinas: Unicamp, 2011.

PEREZ, Marcos Augusto. A participação da sociedade na formulação, decisão e execução das políticas públicas. In: BUCCI, Maria Paula Dallei (Org.). **Políticas Públicas**: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo, Saraiva, 2006, pp. 163-176.

_____; SOUZA, Rodrigo Pagani de. Controle da Administração Pública. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

PERSSON, Anna; ROTHSTEIN, Bo; TEORELL, Jan. Why anticorruption reforms fail—Systemic corruption as a collective action problem. **Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions**, v. 26, n. 3, p. 449-471, 2013.

PIERCE JR., Richard J; SHAPIRO, Sydney; VERKUIL, Paul R. **Administrative Law and Process**. 3ª edição. New York: Foundation Press, 1999.

PILAGALLO, Oscar. O cerco aos corruptores: a história e os desafios da nova lei que pune as empresas por práticas ilegais e antiéticas. 1 ed. Rio de Janeiro. Elsevier, 2016.

PINHEIRO, Luís Bulcão. 'Lava-Jato continua se expandindo', diz coordenador da força-tarefa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18.06.2016.

PINHO, Clóvis Alberto Bertolini de. Desconsideração Administrativa da Personalidade Societária – Compatibilidades e Possibilidades da Lei Anticorrupção. **Revista Digital de Direito Administrativo**, v. 2, n. 1, p. 381-410, 2015.

PINTO, Marcos Vinicius. Reflexões sobre improbidade administrativa, ônus da prova, modelos de constatação e nota sobre o NCPC. , in: BEDAQUE, José Roberto dos Santos; CINTRA, Lia Carolina Batista; EID, Elie Pierre. **Garantismo processual**: garantias constitucionais aplicadas ao processo, coord. José Roberto dos Santos Bedaque, Lia Carolina Batista Cintra e Elie Pierre Eid, no prelo. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016, v. 1, p. 361-393.

PINTO JUNIOR, Luiz Fernando Rodrigues. Fiscalização patrimonial da administração pública. 303p. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PINTO JUNIOR, Mario Engler. "A estrutura da administração pública indireta e o relacionamento do Estado com a companhia controlada". In: **Revista de Direito Público da Economia - RDPE**, Belo Horizonte, Fórum, a. 7, n. 28, p.43-63, out./dez. 2009.

PONTE, Carlos Robson da. Controle objetivo interno do Poder Judiciário. *Revista de Direito da Defensoria Pública*. Rio de Janeiro. n.16. p.68-78. 2000.

POWER, Timothy J. e TAYLOR, Matthew M. **Corruption and Democracy in Brazil: the struggle for accountability**. Notre Dame: University of Notre Dame, 2011.

PRADO, Mariana Mota; CARSON, Lindsey D. Brazilian Anti-Corruption Legislation and its Enforcement: Potential Lessons for Institutional Design. IRIBA Working Paper n. 9, 2014. Disponível em: < <https://bit.ly/2AF0eWq> >. Acesso em 10.01.2019.

RAMAKRISHNA, SALONI. Enterprise Compliance Risk Management. An Essential Toolkit for Banks and Financial Services. New Jersey: Wiley & Sons, 2015.

RAMOS, Paulo Roberto de Araújo. Corrupção na administração pública e crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores. In: Revista Controladoria-Geral da União, - Ano V, n. 8, Brasília: CGU, p. 70-87, outubro 2010.

RANGEL JÚNIOR, Hamilton. Princípio da moralidade institucional: conceito, aplicabilidade e controle na Constituição de 1988. São Paulo: J. de Oliveira, 2001.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. Um conceito mais amplo de liberdade: desenvolvimento, segurança e direitos humanos para todos: multilateralismo e cidadania mundial. **Política Externa**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 25-39, set.-nov. 2005.

_____. A Constituição europeia e a proteção dos direitos fundamentais na União Europeia. Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo, São Paulo, v. 7, n. 14, p. 325-330, jul.-dez. 2004.

_____. Estado e nação: novas relações. **Política Externa**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 29-38, jun.-ago. 2004.

_____. Teoria do Estado: do Estado de Direito ao Estado Democrático de Direito. Barueri, SP: Manole, 2013.

RÍOS-FIGUEROA, Julio. Justice system institutions and corruption control: evidence from Latin America. **Justice System Journal**, v. 33, n. 2, p. 195-214, 2012.

RITTEL, Horst WJ; WEBBER, Melvin M. Dilemmas in a general theory of planning. In: Policy sciences, v. 4, n. 2, 1973. p. 155-169

ROMANIUK, Peter. The state of art on the financing of terrorism. **The RUSI Journal**. v. 159. n. 2. 6-17. 2014.

ROMANO, Roberto. Canalhocracia. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19.06.16.

ROSA, Mário. **A era do escândalo**. 6a. ed. São Paulo: Geração Editorial, p. 459-506, 2012.

ROSE-ACKERMAN, Susan. **Corruption and Conflicts of Interest**. In: AUBY, Jean-Bernard; BREEN, Emmanuel; PERROUD, Thomas (ed.). Corruption and Conflicts of Interest: A Comparative Law Approach Studies in Comparative Law and Legal Culture series. Cheltenham: Edward Elgar, 2014.

_____. **Introduction: the role of international actors in fighting corruption**. In: Susan ROSE-ACKERMAN, Susan, CARRINGTON. Paul. Anti-Corruption Policy: Can International Actors Play a Constructive Role?. Carolina Academic Press: Durham, 2013, p. 3-38.

_____.; PALIFKA, Bonnie J. **Corruption and government: Causes, consequences, and reform**. 2nd Edition, New York: Cambridge University Press, 2016.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. 3ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1996.

RUBINSTEIN, Flávio. Notas sobre a transparência fiscal no direito brasileiro. In CONTI, J. Mauricio; SCAFF, Fernando F. (coords.). **Orçamentos públicos e direito financeiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, pp. 869-910.

SABET, Amr. **Wickedness, Governance and Collective Sanctions: Can Corruption be Tamed? In: Ethical Governance: a citizen perspective**. Ari Salminen (Editor). Vaasa, Finland: Vaasa University Press., p. 91-112, 2010.

SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Contribuições da Lei de Responsabilidade Fiscal para o avanço da accountability no Brasil. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 10, n. 47, 2004.

SALLES, Carlos Alberto de. O objeto do processo de improbidade administrativa: alguns aspectos polêmicos. In: JORGE, Flávio Cheim et. al. (Org.). **Temas de Improbidade Administrativa**, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 155-168.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MARQUES, Maria Manuel Leitão; PEDROSO, João. **Os tribunais nas sociedades contemporâneas**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 1995.

Série Pensando o Direito nº 8/2009. Grupos de interesse (Lobby).

SÉRIE PENSANDO O DIREITO. Vol. 34. Improbidade administrativa. Coord. Susana Henriques da Costa e Paulo Eduardo Alves da Silva. 2010.

SANTOS, Homero dos. A importância do controle interno - breves considerações. Revista do Tribunal de Contas da União. Brasília. v.27. n.67. p.11-30. jan./mar. 1996.

_____. Atuação do Tribunal de Contas da União - Relacionamento dos controles externo e interno. Revista do Tribunal de Contas da União. Brasília. v.26. n.66. p.13-23. out./dez. 1995.

SCARAMUZZO, Mônica; SCHELLER, Fernando. Empresas investigadas na Lava Jato e Zelotes equivalem a 14% do PIB. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18.06.2016.

SCHILLING, Flávia. Corrupção: ilegalidade intolerável?: comissões parlamentares de inquérito e a luta contra a corrupção no Brasil. São Paulo: IBCCrim, 1999.

SCHIRATO, Vitor Rhein. O controle interno da administração pública e seus mecanismos. Revista dos Tribunais. São Paulo. v.104. n.956. pp. 25-50. jun. 2015.

SCHWARTZ, Bernard. **Administrative Law**. 3ª edição, Aspen Publishers, Inc. 1991.

SCLIAR, Wremyr. Controle externo brasileiro. Poder legislativo e Tribunal de Contas. Revista de Informação Legislativa. Brasília. v.46. n.181. p.249-75. jan./mar. 2009.

SCUOLA di specializzazione in diritto amministrativo e scienza dell'amministrazione. **Il sistema dei controlli interni aziendali**. Bologna: Università di Bologna, 1991.

SEMINÁRIO Nacional O Controle Interno no Contexto da Modernização do Estado. 1998, São Paulo. Anais. São Paulo: Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, 1998.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2002.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. Aspectos do pedido na ação de improbidade administrativa. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 34, n. 178, p. 76-105, dez. 2009.

SICLARI, Domenico (Ed.). The new Anti-Money Laundering law: First Perspectives on the 4th European Union Directive. Roma: Palgrave Macmillan, 2016.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 40 ed., rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2017.

_____. Aplicabilidade das normas constitucionais. 7 ed. São Paulo: Malheiros, 2007, 319 p.

SILVA, Luís Virgílio Afonso da. Interpretação constitucional. São Paulo: Malheiros, 2005.

_____. O proporcional e o razoável. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 91, n. 798, p. 23-50, abr. 2002.

SILVA, Wagner Rosa da. Reflexões sobre o combate à corrupção no Brasil e nos EUA. In: Revista da CGU. - Ano IV, n. 7, Brasília: CGU, p. 96-107, dezembro 2009.

SKOGLUND, Jimmy; CHEN, Wei. Financial risk management: Applications in Market, Credit, Asset and Liability Management and Firmwide Risk. New Jersey: Wiley & Sons, 2015.

SOUZA, Alan Lacerda de. A formação do Estado patrimonialista português e a gênese da corrupção no Brasil. In: Revista da Controladoria-Geral da União. – Ano VI, Brasília: CGU, p. 27-36, julho, 2011.

SOUZA, Alfredo Jose de. Os Tribunais de Contas e o sistema de controlo interno: o sistema nacional de controlo financeiro em Portugal. Revista do Tribunal de Contas da Uniao. Brasília. v.29. n.75. p.13-26. jan./mar. 1998.

SOUZA, Rodrigo Pagani de. Participação pública no processo decisório das agências reguladoras: reflexões sobre o direito brasileiro a partir da experiência norte-americana. In: Fórum Administrativo - FA, Belo Horizonte, Ed. Fórum, a. 2, n. 16, jun./2002.

STEFANUC, Raluca. **Corruption, or how to tame the shrew with the European Union stick: the new anti-corruption initiative of the European Commission.** In: ERA Forum. Springer-Verlag, p. 427-443, 2011.

SPINELLI, Tatiana. Estudo de caso: a perspectiva preventiva no controle das infrações administrativas. In: Revista da Controladoria-Geral da União. – Ano VI, Brasília: CGU, p. 341-353, julho, 2011.

SPERCEL, Thiago. Considerações sobre a responsabilidade solidária no grupo econômico por atos de corrupção. In: Revista de Direito Empresarial (ReDE), v. 4, p. 281-292, jul. 2014.

STEFANUC, Raluca. Corruption, or how to tame the shrew with the European Union stick: the new anti-corruption initiative of the European Commission. In: ERA Forum. Springer-Verlag, 2011. p. 427- 443.

SUNDFELD, Carlos Ari. Fundamentos de direito público. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

_____. Processo e procedimento no Brasil. In: _____.; MUÑOZ, Guillermo Andrés (coords.). **As leis de processo administrativo (lei federal 9.784/99 e lei paulista 10.177/98)**. São Paulo, Malheiros, 2000, p. 17-36.

_____.; SOUZA, Rodrigo Pagani de; MOTTA PINTO, Henrique. "Empresas semiestatais". In: Revista de Direito Público da Economia - RDPE, Belo Horizonte, Fórum, a. 9, n. 36, out./dez. 2011, pp. 75-99.

TACITO, Caio. Controle da administração pública - o poder de autotutela (controle interno) - atuação do Tribunal de Contas (controle externo). BDA: Boletim de Direito Administrativo. São Paulo. v.13. n.5. p.318-20. maio. 1997.

TARANTINO, Anthony (Ed). Governance, risk, and compliance handbook: technology, finance, environmental, and international guidance and best practices. New Jersey: Wiley & Sons, 2008.

THOMPSON, John B. Political scandal: Power and visibility in the media age. John Wiley & Sons, 2013.

TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América: leis e costumes. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Corruption Perceptions Index 2015**. Disponível em: <https://www.transparency.org/cpi2015#results-table>

U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE – DOJ. “The Yates Memo”. Office of the Deputy Attorney General. Sept. 9, 2015. Disponível em <https://www.justice.gov/dag/file/769036/download>.

UNGARO, Gustavo Gonçalves. Responsabilidade do Estado e Direitos Humanos. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

_____.; MACHADO, Eloísa(coord). Controle da Administração Pública. São Paulo: FGV Direito, 2014.

_____; SORÉ, Raphael Rodrigues. Panorama do Controle Interno no Brasil. Brasília. CONACI, 2014.

_____; CARVALHO, Guilherme Siqueira de. In BASSOTTI, Ivani Maria; SANTOS, Thiago Souza (org.). Tópicos essenciais sobre gestão pública. São Paulo: EGAP – Escola de Governo e Administração Pública, 2016.

UNIÃO EUROPEIA. Tools and Methods Series - Concept Paper N°2 - Supporting Anti-Corruption Reform in Partner Countries - Concepts, Tools and Areas for Action. Relatório União Europeia. 2011

UNODC. The United Nations Convention Against Corruption - a strategy for safeguarding against corruption in major public events. Nova Iorque: United Nations, 2013.

UNODC. Technical Guide to the United Nations Convention Against Corruption. New York: United Nations, 2009.

VIEIRA, Oscar Vilhena. Direitos fundamentais. São Paulo: Malheiros, 2006.

_____. Supremo Tribunal Federal: jurisprudência política. 2 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

VILLA, Marco Antonio. Mensalão: o julgamento do maior caso de corrupção do mundo. São Paulo: Leya, 2012.

VISMONA, Edson Luiz (org.). A Ouvidoria brasileira: dez anos da Associação Brasileira de Ouvidores / Ombudsman. São Paulo: Imesp / ABO, 2005.

_____; BARREIRO, Adriana Eugênio Alvim (org.). Ouvidoria brasileira: o cidadão e as instituições. São Paulo: ABO, 2015.

WARREN, M. The meaning of corruption in democracies. In: **The Routledge International Handbook on Political Corruption**. Edited by Paul Heywood. Oxford: Routledge. Forthcoming, p. 42-56, 2015.

WEBB, Philippa. The united nationles convention against corruption global achievement or missed opportunity? In: Journal of International Economic Law, v. 8, n. 1, p. 191-229, 2005.

WINER, Jonathan. Globalization, Terrorist Finance, and Global Conflict – Time for a White List? In: PIETH, Mark (Ed.) Financing terrorism. New York: Kluwer, 2002, p. 5-40.

WITTIG, Timothy. Understanding terrorist finance. New York: Palgrave MacMillan, 2011.

WORLD BANK. AML/CFT regulation: implications for financial service providers that serve low-income people. Washington, D. C.: World Bank, 2005.

ZYMLER, Benjamin. Questões de controle. Controle das finanças públicas no Brasil: visão atual e prospectiva. **Revista do Tribunal de Contas da União**, Brasília, v. 29, n. 76, pp. 15-42, abr/jun 1998.

APÊNDICE

PESQUISA DE OPINIÃO COM CONTROLADORES DO BRASIL

Janeiro de 2019

1. A corrupção sistêmica revelada pelas investigações e julgamentos no âmbito dos recentes casos conhecidos como Mensalão e Lava Jato foi possível em função de, principalmente:

- cultura permissiva e difundida de tolerância e de prática da corrupção
- insuficiência ou ineficiência de mecanismos de controle e transparência
- atuação de organização criminosa composta por agentes públicos e privados
- prevalência da impunidade e incapacidade repressiva estatal
- outro fator

2. Para prevenir a corrupção em instituições públicas, a medida mais efetiva e eficaz é:

- mudança cultural para plena valorização da ética e integridade
- fortalecimento dos mecanismos de controle e transparência
- escolha adequada de dirigentes de instituições públicas e privadas
- sistema de repressão eficiente com aplicação de punições
- outra situação

3. Nos casos graves de corrupção, o principal fator institucional, no âmbito do controle interno, que pode impedir a ocorrência ilícita é:

- detecção de irregularidades em relatórios de auditoria
- existência de casos anteriores com punição recomendada pela área correcional
- funcionamento de canal de denúncia e apuração
- transparência de dados, processos e contratos
- código de ética e cursos para difusão da integridade
- outro

4. Para a prevenção e o enfrentamento da corrupção na Administração Pública, tem mais resultado e merece maior incentivo:

- o controle social, com fiscalização e denúncias por cidadãos e entidades não governamentais
- o controle social, com reportagens e investigações feitas por meios de comunicação
- o controle interno, com atuação de Ouvidorias, Auditorias, Corregedorias e Controladorias
- o controle externo, com atuação do Ministério Público, Polícia e Justiça
- o controle externo, com atuação do Tribunal de Contas
- outro

5. Na prática brasileira, tem sido mais importante para a prevenção e o enfrentamento da corrupção na Administração Pública:

- o controle social, com fiscalização e denúncias por cidadãos e entidades não governamentais
- o controle social, com reportagens e investigações feitas por meios de comunicação
- o controle interno, com atuação de ouvidorias, auditorias, corregedorias e controladorias
- o controle externo, com atuação do Ministério Público, Polícia e Justiça
- o controle externo, com atuação do Tribunal de Contas
- outro

6. De acordo com sua experiência, é possível classificar o exercício do controle interno no seu Estado / Capital, em termos de avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual, execução dos programas de governo e dos orçamentos da União, como sendo:

- ótimo
- bom
- regular
- ruim
- péssimo

7. De acordo com sua experiência, é possível classificar o exercício do controle interno no seu Estado / Capital, em termos de comprovação da legalidade e de avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, como sendo:

- ótimo
- bom

- regular
- ruim
- péssimo

8. De acordo com sua experiência, é possível classificar o exercício do controle interno no seu Estado / Capital, em termos de controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres, como sendo:

- ótimo
- bom
- regular
- ruim
- péssimo

9. De acordo com sua experiência, é possível classificar o exercício do controle interno no seu Estado / Capital, em termos de apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, como sendo:

- ótimo
- bom
- regular
- ruim
- péssimo

10. De acordo com sua experiência, é possível classificar o exercício do controle interno no seu Estado / Capital, em termos de comunicação ao controle externo de qualquer irregularidade ou ilegalidade conhecida, como sendo:

- ótimo
- bom
- regular
- ruim
- péssimo

11. Considerando o controle interno, a principal dificuldade para a atuação da sua Controladoria / Auditoria / Ouvidoria / Corregedoria / Secretaria de Controle e Transparência é:

- falta de respaldo político e de apoio administrativo superior
- insuficiente dotação orçamentária
- equipe sem capacidade técnica específica
- ausência de normas jurídicas e atribuições formalmente estipuladas
- outro:

12. Tendo em vista as obrigações legais e as atribuições administrativas de seu órgão de controle interno, pode-se avaliar sua estruturação, organização e funcionamento como sendo:

- ótimo
- bom
- regular
- ruim
- péssimo

13. Tendo em vista as obrigações legais, as atribuições administrativas de seu órgão de controle interno e a expectativa social, pode-se avaliar o resultado da atuação como sendo:

- ótimo
- bom
- regular
- ruim
- péssimo

14. A prioridade hoje para o seu órgão de controle interno é:

- melhorar a eficiência e os resultados, capacitar a equipe e definir procedimentos
- divulgar ações e aumentar a legitimidade social
- desenvolver e integrar as quatro macrofunções do controle interno
- interagir com o controle externo e fomentar o controle social

- responder demandas governamentais, institucionais ou da sociedade
- outra

15. A fim de prevenir a corrupção, promover a transparência, contribuir para a melhoria da gestão e para o uso correto dos recursos públicos, o melhor modelo institucional de controle interno é:

- centralizado, com as 4 macrofunções em um mesmo órgão, diretamente vinculado ao chefe do Poder Executivo
- centralizado, com as 4 macrofunções em um mesmo órgão, sem vinculação direta ao chefe do Poder Executivo
- descentralizado, com as 4 macrofunções em órgãos distintos, diretamente vinculados ao chefe do Poder Executivo
- descentralizado, com as 4 macrofunções em órgãos distintos, sem vinculação direta ao chefe do Poder Executivo
- outro

Formação superior

25 respostas

Função que exerce

25 respostas

A corrupção sistêmica revelada pelas investigações e julgamentos no âmbito dos recentes casos conhecidos ...ssível em função de, principalmente:

25 respostas

Se outro, qual?

1 resposta

A combinação dos fatores elencados acima

Para prevenir a corrupção em instituições públicas, a medida mais efetiva e eficaz é:

25 respostas

- mudança cultural para plena valorização da ética e integridade
- fortalecimento dos mecanismos de controle e transparência
- escolha adequada de dirigentes de instituições públicas e privadas
- sistema de repressão eficiente com aplicação de punições
- outra situação

Se outra, qual?

1 resposta

A combinação das alternativas elencadas acima

Nos casos graves de corrupção, o principal fator institucional, no âmbito do controle interno, que pode impedir a ocorrência ilícita é:

25 respostas

- detecção de irregularidades em relatórios de auditoria
- existência de casos anteriores com punição recomendada pela área co...
- funcionamento de canal de denúncia e apuração
- transparência de dados, processos e contratos
- código de ética e cursos para difus...
- outro

Se outro, qual?

1 resposta

Nao e um so item . É o somatório de alguns fatores como a valorização da integridade e a correicao exemplar e rápida priorizada pela alta administração e seus níveis inferiores da hierarquia

Para a prevenção e o enfrentamento da corrupção na Administração Pública, tem mais resultado e merece maior incentivo:

25 respostas

Na prática brasileira, tem sido mais importante para a prevenção e o enfrentamento da corrupção na Administração Pública:

25 respostas

De acordo com sua experiência, é possível classificar o exercício do controle interno no seu Estado / Capit...dos orçamentos da União, como sendo:

25 respostas

De acordo com sua experiência, é possível classificar o exercício do controle interno no seu Estado / Capit...idades de direito privado, como sendo:

25 respostas

De acordo com sua experiência, é possível classificar o exercício do controle interno no seu Estado / Capit...o dos direitos e haveres, como sendo:

25 respostas

De acordo com sua experiência, é possível classificar o exercício do controle interno no seu Estado / Capit...sua missão institucional, como sendo:

25 respostas

De acordo com sua experiência, é possível classificar o exercício do controle interno no seu Estado / Capi...ou ilegalidade conhecida, como sendo:

25 respostas

Considerando o controle interno, a principal dificuldade para a atuação da sua Controladoria / Auditoria / Ouvidor...retaria de Controle e Transparência é:

25 respostas

Se outro, qual?

5 respostas

Capacidade tecnológica para realizacao de trabalhos.

Na minha capital as três 03 ultimas alternativas estao dentro da nossa realidade .

Insuficiente quantitativo de pessoal

Reduzido quadro de pessoal

Resistência à implementação das recomendações por alguns dos órgãos auditados.

Tendo em vista as obrigações legais e as atribuições administrativas de seu órgão de controle interno, pode-se avaliar a organização e funcionamento como sendo:

25 respostas

Tendo em vista as obrigações legais, as atribuições administrativas de seu órgão de controle interno e a expectativa de resultado da atuação como sendo:

25 respostas

A prioridade hoje para o seu órgão de controle interno é:

24 respostas

Se outra, qual?

1 resposta

Resolver o déficit do quadro de pessoal

A fim de prevenir a corrupção, promover a transparência, contribuir para a melhoria da gestão e para o uso correto...lo institucional de controle interno é:

25 respostas

Se outro, qual?

3 respostas

Híbrido. Descentralizado para as pastas mais sensíveis

Centralizado , porém , sem a necessidade das 4 macro funções atreladas ao Órgão de Cintrole Interno , para seu funcionamrnto .isto porque este padrão de 4 macrofunções é tipicamente brasileiro e não segue as normas e modelos internacionais para este campo de atuação. O modelo da Escola holandesa, por exemplo, vem sendo difundido pela Europa como eficiente para os padrões internacionais e não tem as 4 macro funções juntas em seu portfólio. A função correicao, por exemplo, quando não segregada da acusação feita pelo próprio órgão de controle interno pode ser eivada de vício pelo fato de que o mesmo órgão acusa e o mesmo órgão condena.

Primeira resposta, incluindo como macrofuncao tambem a contabilidade

Termo de Consentimento

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável doutorando G...m pagamento por esta participação.

25 respostas

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável doutorando Gustavo Gonçalves Ungaro, do curso de Direito da Universidade de São Paulo, que pode ser contatado pelo e-mail gustavoungaro@hotmail.com e pelo telefone (11) 99623-5123. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com profissionais da área de controle interno, por parte do referido pesquisador para a realização de seu doutorado, intitulado "Controle Interno da Administração Pública no Brasil: Modelo Institucional e sua Eficiência para a Transparência e o Enfrentamento da Corrupção". Minha participação consistirá em responder as perguntas abaixo transcritas. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados fora desse âmbito, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade.. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

ANEXO 1

INDICADORES DE CORRUPÇÃO E TRANSPARÊNCIA

fonte: Transparência Internacional

DEMOCRACIA CHURCHILLIANA

TOTAL LATINOAMÉRICA/ BRASIL 2002– 2018

TOTALES POR PAÍS 2018

P. ¿Está Ud. Muy de acuerdo, De acuerdo, En desacuerdo o Muy en desacuerdo con las siguientes afirmaciones? La democracia puede tener problemas, pero es el mejor sistema de gobierno.
Aquí: 'Muy de acuerdo' más 'De acuerdo'.

Fuente: Latinobarómetro 2002-2018

fonte: Latinobarômetro

ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA 2014

Posição	Cidades	Nota	Conteúdo	S.Hist./Atual.	Usabilidade
1	Recife	8,70	8,73	10,00	8,50
2	Vitória	7,61	7,73	7,20	7,50
3	São Paulo	7,14	7,13	8,80	6,95
4	Curitiba	6,74	6,69	8,80	6,55
5	Belo Horizonte	5,50	6,62	7,20	3,75
6	João Pessoa	5,50	5,45	8,00	5,25
7	Natal	5,48	5,89	10,00	4,35
8	Fortaleza	5,31	6,20	7,20	3,85
9	Florianópolis	5,24	5,78	10,00	3,90
10	Maceió	5,09	4,93	10,00	4,70
11	Porto Velho	5,00	6,91	7,20	2,10
12	Palmas	4,97	4,78	10,00	4,60
13	Salvador	4,96	4,95	7,20	4,70
14	Belém	4,85	6,31	9,20	2,30
15	Porto Alegre	4,82	7,31	7,20	1,10
16	Boa Vista	4,81	4,78	6,00	4,70
17	Manaus	4,52	4,15	7,20	3,80
18	Cuiabá	3,92	5,56	7,20	1,25
19	Macapá	3,92	4,22	9,20	2,85
20	Rio Branco	3,27	3,84	2,40	2,60
21	Rio de Janeiro	3,18	4,15	8,80	1,15
22	Teresina	2,93	4,45	2,40	0,90
23	Goiânia	2,81	3,51	1,20	2,05
24	São Luís	2,75	3,40	3,20	1,80
25	Campo Grande	2,70	2,73	0,00	3,00
26	Aracaju	1,36	3,27	6,00	0,00
MÉDIA GERAL		4,73	5,36	6,98	3,62
MÉDIA SUDESTE		5,86	6,41	8,00	4,84
MÉDIA SUL		5,60	6,59	8,67	3,85
MÉDIA NORDESTE		4,68	5,25	7,11	3,78
MÉDIA NORTE		4,48	5,00	7,31	3,28
MÉDIA CENTRO-OESTE		3,14	3,93	2,80	2,10

fonte: Contas Abertas

RANKING DA TRANSPARÊNCIA

Visão Nacional

Índice Nacional de Transparência: 3,92

Municípios Avaliados: 5.568

Governo Estadual

Governo Municipal

Capitais

fonte: Ministério Público Federal

Panorama dos Governos Estaduais

Escala Brasil Transparente

Fonte: Controladoria Geral da União

COUNTRY PROFILE

OPEN DATA INVENTORY 2017

40

ODIN SCORE

Brazil

National Statistics Office of Brazil
<http://www.ibge.gov.br>

82 RANK out of 180	41 COVERAGE subscore	38 OPENNESS subscore
------------------------------	--------------------------------	--------------------------------

SCORES BY MAJOR DATA CATEGORY

SUMMARY

Brazil ranks 82 in the Open Data Inventory 2017 with an overall score of 40%. The overall score is a combination of a data coverage subscore of 41% and a data openness subscore of 38%.

Brazil scores higher than the regional median for economic and environmental statistics. Within the country, the highest levels of coverage and openness are on economic statistics and the lowest levels are on social statistics.

RECOMMENDATIONS

Coverage Coverage

- Collect and publish more disaggregated data in social and environmental statistics.
- Collect and publish more data that are disaggregated by sex and are relevant to the welfare of women and their children.

Openness

- Create a clear and open terms of use policy, such as CC BY 4.0, for all websites publishing official statistics.
- Publish more social data in machine-readable and non-proprietary formats such as XLSX, CSV, or JSON.

COVERAGE & OPENNESS

INDEX COMPARISONS

MORE INFORMATION

National Strategy for the Development of Statistics (NSDS): No strategy.

General/Special Data Dissemination System (GDDS/SDDS): SDDS Subscriber.

Open Government Partnership: Member since 2011.

Right to Information Law: Law exists. <http://www.rti-rating.org/wp-content/uploads/Brazil.pdf>

www.odin.opendatawatch.com

info@opendatawatch.com

PROPOSTAS LEGISLATIVAS SOBRE CONTROLE INTERNO

NOVAS MEDIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO – TI/FGV - Controle interno

FORTALECIMENTO DO CONTROLE INTERNO

O controle interno na Administração Pública, exercido a âmbito federal no Brasil pela Controladoria-Geral da União, é uma forma de controle da Administração sobre si mesma. Entre suas finalidades estão a detecção e o combate à corrupção na gestão de recursos públicos. Nesse sentido, a presente Proposta de Emenda à Constituição visa fortalecer o controle interno, a fim de torná-lo um instrumento mais eficaz na luta contra a corrupção.

Principais pontos da proposta

Determina também que as atividades de controle interno sejam desempenhadas por órgãos de natureza permanente e exercidas por servidores organizados em carreiras específicas

Estabelece diretrizes para o controle interno, definindo como atividades de controle interno as funções de ouvidoria, controladoria, auditoria governamental e correição.

Estabelece quem são os servidores que farão as atividades de controle interno: agente público, com nível superior e reputação ilibada.

Determina a elaboração, pelos órgãos de controle interno, de plano de trabalho anual, com definição de prioridades e resultados almejados, promoção de intercâmbio de informações relevantes e publicação de relatórios periódicos de suas atividades.

Atribui aos responsáveis pelo controle interno o dever de tornar o Tribunal de Contas ciente quando da constatação de irregularidades ou ilegalidades, sob pena de responsabilidade solidária, e, na hipótese de configuração de crime, prevê o dever de envio de cópia integral do feito apuratório à Polícia e ao Ministério Público.

Problemas que pretende solucionar

A atividade de Controle Interno ainda não possui clara definição constitucional. Essa ausência de definição é uma das maiores fragilidades do sistema brasileiro de controle interno, colocando sob constante ameaça a própria existência do seu órgão central (a Controladoria-Geral da União).

Embora seja previsto nos artigos 70 e 74 da Constituição da República, o sistema de controle interno não conta com previsão normativa de alcance nacional, determinando as atividades essenciais que deve contemplar.

A minuta de PEC inspira-se na PEC 45/2009, em tramitação no Senado Federal, já tendo percorrido parte dos trâmites legislativos necessários à sua aprovação.

A falta de controle interno e organização dos entes estatais na prevenção e no combate à corrupção em âmbito interno gera condições inadequadas para a prevalência dos princípios constitucionais regentes da Administração Pública.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

SUBEMENDA Nº 1 – CCJ À EMENDA Nº 4 – PLEN (à PEC nº 45, de 2009) Dê-se ao art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2009, a seguinte redação: Art. 1º O art. 37 da Constituição Federal passa

a vigorar acrescido do seguinte inciso, XXIII: “Art. 37. [...] XXIII – as atividades do sistema de controle interno, previstas no art. 74, essenciais ao funcionamento da administração pública, contemplarão, em especial, as funções de ouvidoria, controladoria, auditoria governamental e correição, serão desempenhadas por órgãos de natureza permanente e exercidas por servidores organizados em carreiras específicas, na forma de lei complementar, e por outros servidores e militares, devidamente habilitados para essas atividades, em exercício nas unidades de controle interno dos Comandos militares.” (NR)

JUSTIFICATIVA

A atividade de Controle Interno possui frágil assento constitucional, que não acompanhou as evoluções dessa função desde 1988, acrescentando ações na linha da transparência, da corregedoria e do controle social. Organizar a disciplina constitucional das atividades de controle interno representa um importante passo para tornar a atividade perene e atrelar suas entregas à Sociedade a uma atividade típica de Estado, permanente e organizada. A heterogeneidade e os distintos graus de maturidade institucional em que se encontram as diversas instituições que promovem o controle interno na administração pública trazem enorme perda de escala por não compartilharem um arcabouço normativo, sistêmico e institucional.

Esta proposta é contemplada pela PEC nº 45/2009, impulsionada pelo Conselho Nacional de Controle Interno – CONACI – e com apoio de outras entidades da área técnica contemplada. Esta proposta prevê inciso adicional ao extenso rol do artigo 37 da Constituição, cujo caput explicita os princípios regentes da Administração Pública – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. O conteúdo ressalta a pertinência de passar a contar nossa Carta Magna com previsão capaz de reforçar o controle interno, assegurando condições mínimas para seu efetivo funcionamento, a favor do interesse público. A PEC nº 45, apresentada por um senador capixaba em 2009, em legislatura anterior à atual, já percorreu todos os trâmites legislativos naquela Casa Parlamentar, tendo sido desarquivada em 2015 e encontrando-se, atualmente, pronta para deliberação no plenário do Senado, caso assim decida a Presidência, responsável final pela composição da pauta. O texto proposto é o formalmente existente e já submetido ao escrutínio público, tendo passado por comissões, relatorias, objeto de manifestos de entidades, alterações pontuais e extensa tramitação.

ANTEPROJETO DE LEI

Estabelece diretrizes para as atividades de controle interno dos entes públicos, conforme os artigos 37, 70 e 74 da Constituição Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O sistema de controle interno, previsto nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal, realizará suas atribuições nas áreas de auditoria, ouvidoria, correição e controladoria, tendo em vista a efetividade dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, legitimidade e economicidade.

Art. 2º. Todos os entes da Administração Direta e Indireta do Estado, inclusive pessoas jurídicas controladas pelo Poder Público, no âmbito do Poder Executivo Federal, Estadual, Distrital e Municipal, bem como nos respectivos Poderes Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público e na Defensoria Pública, deverão estruturar adequadamente seus próprios sistemas de controle interno, de modo a bem desempenhar suas atividades precípuas, nos termos desta Lei.

Art. 3º. São atividades de auditoria interna:

I – Fiscalizar, nos aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial, o uso dos recursos públicos, a aplicação das subvenções e a renúncia de receitas;

II – Registrar, encaminhar, monitorar e analisar as manifestações, classificando-as como pedido de informação, reclamação, sugestão, elogio ou denúncia;

III – Elaborar relatório ao dirigente responsável pela instituição, com apresentação dos dados dos atendimentos, providências e recomendações;

IV – Incentivar a participação na gestão pública e divulgar canais institucionais para tanto; V – Representar perante a instituição em que se insere e promover a defesa do usuário do serviço público, nos termos da Lei n. 13.460/2017;

VI – Produzir estatísticas indicativas do nível de satisfação dos usuários dos serviços públicos prestados, com base nas manifestações recebidas;

VII – Publicar relatórios e estatísticas, inclusive em portal na internet;

VIII – Desempenhar outras atribuições relacionadas com a participação, a promoção e a defesa da cidadania, tendo como base, inclusive, boas práticas internacionais relevantes para orientar seu trabalho.

Art. 4º. São atividades de ouvidoria:

I – Atender a todas as manifestações de cidadãos e assegurar respostas nas condições e prazos exigidos pela legislação;

II – Registrar, encaminhar, monitorar e analisar as manifestações, classificando-as como pedido de informação, reclamação, sugestão, elogio ou denúncia;

Elaborar relatório ao dirigente responsável pela instituição, com apresentação dos dados dos atendimentos, providências e recomendações;

III – Incentivar a participação na gestão pública e divulgar canais institucionais para tanto;

IV – Representar perante a instituição em que se insere e promover a defesa do usuário do serviço público, nos termos da Lei n. 13.460/2017;

V – Produzir estatísticas indicativas do nível de satisfação dos usuários dos serviços públicos prestados, com base nas manifestações recebidas;

VI – Publicar relatórios e estatísticas, inclusive em portal na internet;

VII – Desempenhar outras atribuições relacionadas com a participação, a promoção e a defesa da cidadania, tendo como base, inclusive, boas práticas internacionais relevantes para orientar seu trabalho.

Art. 5º. São atividades de correição:

I – Verificar a regularidade dos processos conduzidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta, do correto uso dos recursos públicos e dos atos praticados por agentes públicos;

II – Instaurar processo apuratório, em vista de hipótese fática indevida, e de responsabilização, para confirmação de autoria e imposição de sanções, inclusive nas hipóteses das Leis n. 8.666/93 e 12.846/2013;

III – Realizar inspeções e fiscalizações, segundo critérios fundamentados;

IV – Requisitar quaisquer documentos, inclusive aqueles relacionados ao uso de recursos públicos por entidades privadas, e convocar para esclarecimentos e testemunhos;

V – Desenvolver ações preventivas, inclusive com técnicas de inteligência, a fim de evitar irregularidades e práticas lesivas ao patrimônio público;

VI – Propor medidas com o objetivo de sanear irregularidades técnicas e administrativas e, sempre que necessário, indicar responsabilidades e providências cabíveis;

VII – Encaminhar a documentação pertinente às autoridades competentes, quando comprovada a ocorrência de irregularidade, para a adoção das providências cabíveis;

VIII – Publicar os resultados alcançados, inclusive cada sanção aplicada.

Art. 6º. São atividades de controladoria:

I – Fomentar a transparência pública e contribuir para a aplicação das normas de acesso à informação, conforme a Lei n. 12.527/2011;

II – Administrar portal da transparência na internet, zelando por fácil acesso, abertura dos dados e completude das informações;

III – Acompanhar a execução das políticas públicas de integridade e anticorrupção, avaliando os impactos causados e a qualidade do gasto público;

IV – Avaliar o impacto das políticas de controle interno e anticorrupção, promovendo estudos e pesquisas, analisando e divulgando informações, de modo a contribuir com a gestão;

V – Incentivar a integridade e a ética, por meio de revisão de procedimentos, difusão de boas práticas de integridade, coordenação com a Comissão de Ética Pública da Presidência da República para ações relativas à ética e outras medidas pertinentes;

VI – Fomentar iniciativas de capacitação, qualificação, formação e produção de material informativo e de orientação, nas áreas relacionadas ao controle;

VII – Elaborar e difundir normas técnicas e orientações administrativas para padronização dos procedimentos;

VIII – Apoiar o controle externo e incentivar o controle social.

Art. 7º. As atividades diretamente voltadas à finalidade precípua do controle interno serão desempenhadas por agentes públicos devidamente investidos em funções compatíveis, detentores de formação profissional em nível superior, com reputação ilibada e conhecimentos especializados.

Art. 8º. Os órgãos de controle interno elaborarão plano de trabalho anual, com definição de prioridades e resultados almejados, promoverão intercâmbio de informações relevantes e publicarão relatórios periódicos de suas atividades.

Art. 9º. Os responsáveis pelo controle interno, ao constatarem irregularidade ou ilegalidade, darão ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária. Parágrafo único. Caso também possa haver configuração de crime, será remetida cópia integral do feito apuratório à Polícia e ao Ministério Público.

Art. 10. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato será parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades ao sistema de controle interno.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, XX de XXXX de 2018.

Justificativa

A prevenção e o combate à corrupção podem ser mais efetivos se houver adequado controle da Administração Pública, por meio de instituições próprias e procedimentos eficientes, segundo parâmetros técnicos nacionais, em sintonia com as melhores referências internacionais. O sistema de controle interno dos entes públicos no Brasil, previsto nos artigos 70 e 74 da Constituição da República, não conta com previsão normativa, de alcance nacional, das atividades essenciais que deve contemplar, conforme as diretrizes constitucionais em vigor. A falta de controle interno, sua insuficiente organização ou ineficiente funcionamento propiciam campo aberto às mais diversas irregularidades administrativas e malversações do dinheiro público, sendo imperativo dotar todos os entes estatais de condições adequadas para a prevalência dos princípios constitucionais regentes da Administração Pública, estabelecidos no artigo 37 da Carta de 1988. Conforme a moldura legal vigente e o entendimento técnico, consolidado conceitualmente, a partir da prática do controle pelos órgãos e agentes responsáveis, tem-se na atualidade a difundida compreensão de que o controle interno envolve no mínimo o desempenho de quatro macrofunções, as quais enfeixam amplo e robusto conjunto de atividades: auditoria, ouvidoria, correição e controladoria, nos termos apregoados pelo Conselho Nacional de Controle Interno CONACI (“Panorama do Controle Interno no Brasil” – Organizadores Gustavo Gonçalves Ungaro e Raphael Rodrigues Soré. Brasília: CONACI, 2014).

No mesmo sentido preconiza a PEC em tramitação no Senado Federal (PEC nº 45/2009), a qual se encontra pronta para deliberação em plenário, intentando inserir prescrição adicional ao artigo 37 da Constituição Federal, cujo texto convém reproduzir:

XXIII – As atividades do sistema de controle interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a que faz referência o art. 74, essenciais ao funcionamento da administração pública, contemplarão em especial as funções de ouvidoria, controladoria, auditoria governamental e correição, e serão desempenhadas por órgãos de natureza permanente, e exercidas por servidores organizados em carreiras específicas na forma da lei.

Diversas leis acometeram, nas últimas décadas, novas atribuições aos órgãos de controle interno, bastando mencionar a Lei de Improbidade Administrativa (n. 8429/92), de Licitações e Contratos (n. 8666/93), de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000), da Transparência (Lei Complementar n. 131/2009), de Acesso à Informação (n. 12.527/2011), Anticorrupção (n. 12.846/2013), de Parcerias com Entidades Sem Fins Lucrativos (n. 13.019/2014), de Responsabilidade das Estatais (n. 13.303/2016), de Defesa do Usuário do Serviço Público (n. 13.460/2017), entre outras. A doutrina também realça a necessidade de haver adequada estruturação e funcionamento do controle interno, conforme a abalizada lição da prof. Odete Medauar, em sua conhecida obra *Controle da Administração Pública*, claramente mostrando a conveniência de aperfeiçoamentos e avanços: Embora tenha ocorrido, no Brasil, melhoria nos controles, ainda é insuficiente. Torna-se mister prosseguir no aprimoramento dos controles, institucionalizados ou não, para que a Administração e seus agentes atendam, de modo efetivo, os verdadeiros interesses e direitos da população, no caminho da moralidade, da legalidade, da eficiência e do correto uso dos recursos públicos (Editora Revista dos Tribunais, 2014, 3. ed., p. 19). No plano internacional, tratados e convenções reforçam a

trilha mais adequada a ser percorrida pelas nações, em rumo bem traçado e iluminado – para reduzir riscos e perigos – sem atalhos nem desvios, de modo a não ser presa fácil da corrupção; e diversas iniciativas buscam impulsionar a integridade, a participação e o adequado controle da gestão pública, bastando mencionar a Parceria para o Governo Aberto (Open Government Partnership – OGP, iniciada por Estados Unidos, Reino Unido e Brasil) e as reformas em curso para a consolidação e ampliação da União Europeia, algumas relacionadas a mudanças no controle interno patrocinadas pelo Banco Mundial e abordadas na Comunidade de Práticas de Auditoria Governamental (Internal Audit Community of Practice – Public Expenditure Management Peer-Assisted Learning – IACOP/PEMPAL). É por isso que esta proposta se revela imperiosa, com vistas a bem proteger o patrimônio público e propiciar crescente melhoria da gestão estatal, fortalecer o controle interno da Administração, como efetivo aprimoramento institucional do Estado Democrático de Direito.

Programa de Prevenção da Corrupção na Gestão Municipal

O Brasil tem mais de 5 mil municípios, responsáveis por bilhões de reais gastos em compras públicas e contratações todos os anos. Esta proposta pretende criar instrumentos para prevenir a corrupção no uso de recursos públicos no nível municipal, sem criar, entretanto, estruturas que onerem excessivamente a máquina pública. Esta proposta foi premiada pelo Prêmio JOTA INAC de Combate à Corrupção.

Principais pontos da proposta

Estabelece o Programa de Prevenção da Corrupção na Gestão Municipal, o qual consiste em mecanismo de adesão voluntária para incentivar a adoção, por municípios com menos de 500 mil habitantes, de boas práticas na prevenção e combate à corrupção.

Entre as boas práticas previstas, estão incluídas a criação de um sistema de controle interno, a publicação de um código de conduta, o estabelecimento de instâncias de auditoria, corregedoria e ouvidoria e a implementação de mecanismos de transparência passiva e ativa.

O Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União será responsável por avaliar o nível de adesão – existência e efetivo funcionamento daqueles instrumentos – dos municípios aderentes, oferecendo-lhes uma certificação em diferentes níveis.

Com base nessa certificação, serão oferecidos benefícios aos municípios mais bem avaliados, como a redução das taxas de juros e encargos nos empréstimos concedidos pela União, o acesso a recursos para capacitação de servidores e para o estímulo ao controle social e a promoção oriunda da publicação dos resultados positivos. Problemas que pretende solucionar

Lida com a diversidade de municípios brasileiros de maneira competente ao criar um sistema que incentiva a adesão, em vez de prever punições para não aderentes. Estabelece critérios objetivos que poderão ser avaliados de maneira célere e sistematizada, sem onerar excessivamente a estrutura do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

Promove o controle social e estimula a competição entre os municípios, além de estabelecer uma ferramenta de avaliação das gestões de prefeitos e vereadores, útil para que eleitores mensurem o compromisso dos candidatos com o combate à corrupção.

ANTEPROJETO DE LEI

Estabelece as diretrizes para o Programa de Prevenção da Corrupção na Gestão Municipal O PRESIDENTE DA REPÚBLICA faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre as diretrizes do Programa de Prevenção da Corrupção na Gestão Municipal – PPCGM, cujo objetivo é fortalecer as estruturas de controle e prestação de contas nos municípios e, com isso, melhorar a efetividade da implementação das Políticas Sociais pelos entes municipais, nos termos dos arts. 30 e 37 da Constituição Federal de 1988 e do Título V da Lei n. 10.180/2001.

§1º. O Programa de Prevenção da Corrupção na Gestão Municipal – PPCGM é um mecanismo de incentivo à adesão voluntária dos entes municipais a boas práticas reconhecidas internacionalmente de controle e responsabilização da gestão municipal.

§2º. O Programa será gerenciado, no âmbito federal, pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, e a ele poderão aderir todos os municípios da federação com menos de 500 mil habitantes.

§3º. A certificação dos municípios se dará pela apresentação, bienalmente, dos documentos que comprovem o atendimento dos requisitos previstos no Art. 2, e essa atualização ocorrerá sempre nos meses de junho a agosto do exercício de atualização.

§4º. O Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União disponibilizará na internet, após 30 dias da homologação desta, a lista de certificação dos municípios participantes, com transparência ativa para a cópia dos documentos que permitiram concluir pela certificação.

CAPÍTULO I DA DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

Art. 2º. A certificação concedida pelo Programa se pautará na pontuação conquistada em doze requisitos.

§1º. Cada município, na busca da sua certificação, marcará pontos com base nos quesitos descritos a seguir:

Dimensão	Quesitos	Pontuação	Estágio I	Pontuação	Estágio II
Intraorganizacional	Controles internos	10	30		
Código de conduta		10	30		
Programa de gestão de riscos		20	60		
Capacitação para a integridade		10	30		
Restrição à cargo comissionado		10	30		
Dimensão	Quesitos	Pontuação	Estágio I	Pontuação	Estágio II
Horizontal	Auditoria governamental	30	90		
Corregedoria		30	90		
Ouvidoria		30	90		
Vertical	Transparência passiva	20	60		
Conselhos		20	60		
Transparência ativa		20	60		
Diversos	Prestação de contas	40	40		
TOTAL		250	670		
GERAL		920			

§2º. A pontuação será calculada com base em dois estágios diferentes: o estágio I é a existência do quesito e o estágio II, a demonstração do seu efetivo funcionamento. O detalhamento do encaminhamento dessas informações durante o período de inscrições no Programa, bem como o rito de eventuais contestações, será objeto de normatização própria no âmbito Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

§3º. Para efeito da presente Lei, os requisitos são assim descritos:

Controles internos- Instituição de decreto municipal que formaliza a adoção de princípios de controle interno como segregação de funções, limites de alçada, designação formal com atribuições de responsabilidades e manualização de processos de fiscalização de contratos e de liquidação de despesas, publicado na internet.

Código de conduta -Instituição de decreto municipal que defina um código de conduta para os funcionários do município, com a previsão da restrição de nepotismo, conflito de interesses, política de presentes, brindes e viagens.

Programa de gestão de riscos- Instituição de decreto municipal com a implementação de programa de gestão de riscos, incluindo mapeamento dos principais processos, avaliação da maturidade dos riscos e capacitação dos atores envolvidos.

Capacitação para a integridade- Participação em ou implementação de programa de capacitação dos servidores municipais sobre assuntos afetos ao controle e combate à corrupção, em especial: prevenção da corrupção, gestão de riscos, controles internos, conformidade, ética, controle social, transparência e auditoria governamental.

Restrição à cargo comissionado- Instituição de decreto municipal que impeça a nomeação em cargo comissionado de cidadão punido na esfera penal em segunda instância, punido disciplinarmente ou responsabilizado pelo Tribunal de Contas da União ou Tribunal de Contas Estadual nos últimos 5 anos.

Auditoria governamental- Instituição de órgão de auditoria Municipal, similar a uma controladoria, definido em Lei, com regramento próprio, servidores concursados e programação anual de auditoria e resultados das ações publicados na internet.

Corregedoria- Instituição de instância responsável por apurar ilícitos administrativos, seja de servidores ou pessoas jurídicas fornecedoras, reguladas, beneficiadas por transferências ou renúncias.

Ouvidoria- Implementação de estrutura de ouvidoria, que processe as demandas e dê retorno ao cidadão das providências em relação as estas, servindo de canal de mediação das questões apresentadas.

Transparência passiva- Implementação dos mecanismos formais de transparência passiva previstos na Lei de Acesso a Informação (Lei n. 12.527/2011) e utilização de aplicativo para celular para o cidadão acessar serviços públicos, avaliar o atendimento recebido, bem como fiscalizar a prestação de serviços, estoques e obras, e fazer denúncias.

Conselhos- Conselhos de controle social relativos a gestão de recursos federais, em especial aqueles do Fundeb, Alimentação Escolar, Bolsa Família e Saúde, constituídos e operantes, observadas as regras de composição e escolha dos membros previstas na normatização, além de adoção de mecanismos participativos no orçamento, como o chamado orçamento participativo.

Transparência ativa- Implementação dos mecanismos formais de transparência ativa previstos na Lei de Acesso a Informação (Lei n. 12.527/2011) e na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2001), prevendo necessariamente a publicação na internet de receitas, despesas no nível do beneficiário final, relação de servidores, salário, licitações, relação de servidores e empresas punidas, bem como relatórios de execução de obras com fotografias e o possível georreferenciamento dessas.

Prestação de contas- Prestações de contas dos recursos federais transferidos encaminhada no prazo ao concedente, nos termos dos normativos vigentes, em especial quanto a Convênios via Siafi/Subsistema Transferências (Cadastro de Registro de Adimplência), SICONV (Cadastro de Registro de Adimplência) e as transferências fundo a fundo.

ANTEPROJETO DE LEI

Estabelece as diretrizes para o Programa de Prevenção da Corrupção na Gestão Municipal

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre as diretrizes do Programa de Prevenção da Corrupção na Gestão Municipal – PPCGM, cujo objetivo é fortalecer as estruturas de controle e prestação de contas nos municípios e, com isso, melhorar a efetividade da implementação das Políticas Sociais pelos entes municipais, nos termos dos arts. 30 e 37 da Constituição Federal de 1988 e do Título V da Lei n. 10.180/2001.

§1º. O Programa de Prevenção da Corrupção na Gestão Municipal – PPCGM é um mecanismo de incentivo à adesão voluntária dos entes municipais a boas práticas reconhecidas internacionalmente de controle e responsabilização da gestão municipal.

§2º. O Programa será gerenciado, no âmbito federal, pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, e a ele poderão aderir todos os municípios da federação com menos de 500 mil habitantes.

§3º. A certificação dos municípios se dará pela apresentação, bienalmente, dos documentos que comprovem o atendimento dos requisitos previstos no Art. 2, e essa atualização ocorrerá sempre nos meses de junho a agosto do exercício de atualização.

§4º. O Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União adotará um formalismo moderado na análise dos quesitos, criando uma instância recursal para avaliação de questionamentos por parte dos municípios e revisando bianualmente os quesitos adotados.

§5º. Após atribuída e homologada a pontuação, o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União certificará o município em quatro níveis (A, B, C e D), conforme descrito a seguir: Faixa de pontuação Nível de certificação 701-920 pontos A 501-700 pontos B 201-500 pontos C 0-200 pontos D

Art. 3º. No caso de ação de órgão de controle interno ou externo, do Ministério Público ou da Polícia Federal, que detecte graves irregularidades na gestão municipal no período entre uma certificação e outra, a certificação será reduzida em dois níveis, tempestivamente, após deliberação formal e fundamentada do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, quando do conhecimento do fato formalmente.

CAPÍTULO II

DOS BENEFÍCIOS DE ADESÃO AO PROGRAMA

Art. 4º. De modo a incentivar a adesão voluntária dos municípios ao Programa, são possíveis os seguintes benefícios ao ente municipal, válidos no período abrangido pela certificação, regulamentados por normativo próprio do Poder ou órgão que se conceder destes: I – Benefícios de imagem: o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União dará ampla publicidade à certificação dos municípios, de modo a identificar e valorizar junto aos eleitores as gestões municipais que prestigiem os mecanismos de controle e prestação de contas;

II – Benefícios de operações de crédito: as taxas de juros e encargos de empréstimos e financiamentos concedidos pelo Governo Federal aos municípios poderão ser reduzidas em percentuais correlacionados às faixas de certificação, conforme norma autorizada pela instância máxima do concedente;

III – Benefícios de capacitação: os municípios que aderirem ao Programa terão acesso, com base em seus níveis de certificação, a recursos do Fundo Nacional de Incentivo à Prevenção da Corrupção na Gestão

Municipal, a ser criado por lei, para custeio de ações de capacitação de servidores e estímulo ao controle social em âmbito local;

IV – Benefícios fiscalizatórios: os critérios de fiscalização sistemática dos órgãos de controle interno e externo considerarão a certificação na classificação dos municípios auditados;

V – Benefícios de formalidade: o volume de documentos e informações necessárias a prestação de contas dos entes municipais que recebem recursos federais pode ser graduada em virtude da certificação do município, exigindo-se menos documentos daqueles com certificação nível A.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5º. O processo de certificação visa identificar a maturidade dos mecanismos de controle e prestação de contas dos municípios, com vistas a induzir a melhoria dessas estruturas, de modo a prevenir a corrupção, não se traduzindo em atestado de idoneidade dos gestores locais.

§1º. A certificação dos municípios é uma informação pública, aberta à consulta pública no sítio eletrônico do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União e podendo ser utilizada pela imprensa ou em campanhas eleitorais.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, X de XXXX de 2018.

Justificativa

Considerando-se que no Federalismo de cooperação do Brasil os municípios têm papel relevante na implementação das políticas sociais, voltadas à redução das desigualdades e à promoção do desenvolvimento humano, um arranjo coordenativo como esse proposto tem grande efeito de indução local, com caráter emancipatório, vendo o município como ente gestor que também necessita revestir-se de salvaguardas para desempenhar suas funções constitucionais, diferenciando cada um pelos seus riscos e estimulando a melhoria sistêmica. O fortalecimento do arranjo municipal, pelo amadurecimento de práticas e instituições de accountability, favorece também outras redes que interagem com o município, como o Ministério Público e os órgãos de controle interno e externo federais previstos na Constituição Federal de 1988, bem como a própria ação dos cidadãos no exercício da democracia participativa, fortalecendo a dimensão preventiva na sua base. Por trabalhar com certificação, e não com ranking, a proposição legislativa estimula a competição com vistas ao aperfeiçoamento, atuando de maneira menos agressiva nessa competitividade, e ainda, pelo uso de incentivos, respeita mais a autonomia do ente municipal do que uma estrutura comando e controle, e demanda menos monitoramentos, em especial por se utilizar de quesitos facilmente auditáveis, reduzindo assim os custos de transação, fazendo do controle um meio, e não um fim, focando na implementação das políticas sociais e nos aspectos estruturais que reduzam a corrupção, sem romper a doutrina das finanças públicas de estimular a gestão próximo as populações beneficiárias e sem perder na padronização que for necessária. Plenamente exequível, não demanda grandes somas de recursos e esforço administrativo considerável por ter a maioria de seus elementos de verificação remota, com a possibilidade de previsão de canais de reclamação e instâncias de recurso das decisões de enquadramento, que mediarão os conflitos naturais que surgirem. O fato de ser complementar a outras ações mitiga os riscos típicos de uma ação de verificação apenas remota, pela possibilidade de integração e comunicação com essas ações de caráter presencial. Por ser um mecanismo de adesão voluntária a boas práticas, representa um caminho eficaz e menos oneroso de prevenção a corrupção nas políticas sociais, tendo o Governo Federal um papel preponderante na indução dessa prevenção.

Sistema de Declaração de Bens e Direitos de Servidores Públicos

Agentes públicos devem estar condicionados a regras específicas de integridade e transparência, compatíveis à função pública que exercem. Acompanhar a evolução patrimonial desses agentes é mecanismo indispensável para detectar o eventual recebimento de vantagem indevida e a prática de atos de corrupção e improbidade.

Principais pontos da proposta

Prevê que todos os agentes públicos devam apresentar declarações eletrônicas detalhando seus patrimônios, bem como as de seus filhos e cônjuge. No caso de posse de mais de 30% das cotas societárias de empresas, o patrimônio destas também deverá ser informado.

Cria o Sistema Eletrônico de Registro de Bens e Valores (Sispatri), o qual será responsável por não só por armazenar as declarações, mas também por cruzar os dados e produzir informações relevantes e úteis para o acompanhamento da evolução patrimonial dos agentes públicos.

Incumbe aos órgãos de controle federal (CGU e TCU) e estaduais (TCEs e controladorias estaduais) a administração do Sispatri.

Prevê a demissão como pena para a não prestação tempestiva das informações requeridas ou a prestação de informações falsas. Problemas que pretende solucionar

O modelo atual de declarações anuais de bens e valores é antiquado e insuficiente, pois não permite a extração de dados e a realização de análises que dependam do cruzamento de dados ou da filtragem de aspectos ou séries temporais específicas. A reunião de todos os dados em sistemas eletrônicos possibilitará o emprego das mais diversas ferramentas da Tecnologia de Informação a serviço da luta contra a corrupção.

O acompanhamento da evolução patrimonial de agentes públicos é um importante instrumento para se certificar de que esses agentes não estão recebendo vantagens indevidas. Possibilita a detecção rápida de eventuais distorções e oferece as informações necessárias para investigações e auditorias, além de possibilitar a identificação imediata do patrimônio de agentes investigados, o que pode ser necessário no caso da execução de medidas judiciais, como o bloqueio de valores e o sequestro de bens.

Anteprojeto de Lei

Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação, pelos agentes públicos, de declaração eletrônica de bens e valores para a posse e o exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. A posse e o exercício de agentes públicos para o desempenho, ainda que transitório ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outro meio de investidura ou vínculo, mandatos, cargos, funções ou empregos nos órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, assim como do Ministério Público, na União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ficam condicionados à apresentação de declaração eletrônica do seu patrimônio.

Art. 2º. A declaração eletrônica de bens e valores compreenderá móveis, imóveis, semoventes, dinheiro (em moeda nacional ou estrangeira), títulos, ações, investimentos financeiros, participações societárias e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, bem como suas obrigações passivas localizados no país ou no exterior, e abrangerá, se existentes, os bens, direitos, valores e obrigações do cônjuge ou companheiro, filhos e outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante.

Parágrafo único. Nas situações em que houver a propriedade de empresas, associações, organizações ou similares, o patrimônio destes também deverá constar da declaração eletrônica de bens, desde que o agente público ou as pessoas a ele vinculadas, nos termos do caput, sejam detentores de mais de 15% das respectivas cotas societárias.

Art. 3º. A declaração eletrônica de bens e valores deverá ser entregue por meio do Sistema Eletrônico de Registro de Bens e Valores – Sispatri.

Art. 4º. Caberá ao Poder Executivo Federal desenvolver o Sispatri, com recursos de seu próprio orçamento, devendo disponibilizar, sem ônus, seu código-fonte aos órgãos e entidades não pertencentes à Administração Pública Federal encarregados de receber e custodiar as declarações, nos termos do art. 6º desta Lei.

§1º. O Sispatri deverá conter ferramentas de levantamento, cruzamento e tratamento de dados que permitam a produção de informações estratégicas e gerenciais com base nas declarações nele registradas.

§2º. O Sispatri poderá ter funcionalidade que possibilite importar dados da Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda da Receita Federal, com o objetivo de facilitar o preenchimento e evitar erros e omissões.

§3º. O desenvolvimento e a disponibilização previstos no caput deverão ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da publicação desta lei.

Art. 5º A declaração de bens e valores deverá ser atualizada: I – anualmente, até o dia 31 de maio; e II – no prazo de 10 (dez) dias da data em que o agente público deixar o vínculo.

Parágrafo único. Os agentes públicos que se encontrarem, a qualquer título, regularmente afastados ou licenciados cumprirão a exigência no prazo de 10 (dez) dias, contados do seu retorno ao serviço.

Art. 6º As declarações eletrônicas de bens e valores entregues por meio do Sispatrí serão remetidas aos seguintes órgãos, aos quais cabe sua custódia: I – Controladoria-Geral da União, quando se tratar de agente público vinculado ao Poder Executivo Federal, incluindo Ministros de Estado, excetuando-se o ocupante do cargo previsto na alínea a, inciso III, deste artigo; II – Órgão central de controle interno respectivo, quando se tratar de agente público vinculado ao Poder Executivo Estadual, do Distrito Federal e dos Municípios com mais de cinquenta mil habitantes, excetuando-se os ocupantes dos cargos previstos na alínea a, inciso IV, deste artigo; III – Tribunal de Contas da União, quando se tratar de: a) Presidente e Vice-Presidente da República; b) agente público vinculado ao Poder Legislativo, incluindo Deputados Federais e Senadores da República; c) agente público vinculado ao Poder Judiciário Federal, incluindo membros da Magistratura Federal; d) membro ou demais agentes públicos integrantes do Ministério Público Federal. IV – Tribunais de Contas Estaduais, quando se tratar de: a) Governadores e Prefeitos Municipais; b) agente público vinculado ao Poder Legislativo, incluindo Deputados Estaduais e Distritais e Vereadores Municipais; c) agente público vinculado ao Poder Judiciário Estadual, incluindo membros da Magistratura Estadual; d) membro ou demais agentes públicos integrantes do Ministério Público Estadual e) agente público vinculado a Município com menos de cinquenta mil habitantes.

Art. 7º. Os órgãos e entidades previstos no art. 6.º desta Lei poderão firmar acordo de cooperação com outros órgãos e entidades de controle e fiscalização, inclusive responsáveis por investigações policiais, e o Ministério Público, com a finalidade de compartilhar as informações constantes nas declarações referidas no parágrafo anterior. Parágrafo único. Caberá ao órgão ou entidade que receber as informações previstas no caput o estabelecimento de regras que protejam o sigilo das informações fornecidas e as sanções aos agentes responsáveis pelo seu descumprimento, sem prejuízo das já previstas em lei.

Art. 8º. Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração prevista nesta Lei, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

Art. 9º. As declarações previstas nesta Lei e os dados registrados no Sispatrí poderão ser utilizados em levantamentos prévios e investigações realizadas pelos órgãos previstos nos arts. 6º e 7º desta Lei, independentemente da instauração de sindicância ou processo administrativo, nos termos do respectivo regulamento, ficando resguardado o caráter sigiloso de tais informações.

Art. 10. Fica revogado o art. 13, IV, da Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992. Art. 11 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação Brasília, X de XXXX de 2018.

JUSTIFICATIVA

O objetivo do Projeto de Lei é aperfeiçoar os instrumentos e normativos de análise da evolução do patrimônio privado de agentes públicos, com o objetivo de coibir o enriquecimento ilícito e combater a corrupção e a lavagem de dinheiro. Ao estabelecer regras gerais para contratações, está justificada a competência legislativa da União (art. 22, incisos XVI e XXVII, da Constituição Federal). Embora a Lei n. 8.730/1993 estabeleça a obrigatoriedade da declaração de bens para empregos e funções nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, entendeu-se mais adequado, diante das inúmeras inovações, que essas normatizações fossem criadas por instrumento próprio. Nesse sentido, foi estabelecida a obrigatoriedade de apresentação, pelos agentes públicos, de uma declaração eletrônica de bens e valores para a posse e o exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional a ser entregue por meio de um sistema eletrônico (Sispatrí). A declaração eletrônica e o sistema permitirão um acompanhamento sistemático e amplo da evolução patrimonial dos agentes públicos, tendo em conta que os dados serão reportados em um formato pesquisável e que possibilitará o cruzamento de dados e a produção de informações estratégicas. Além disso, será possível utilizar filtros para consultas específicas e visualizar periodicamente a evolução patrimonial de cada agente público. Com efeito, será possível identificar situações de eventual incompatibilidade entre o patrimônio privado de agentes públicos e sua remuneração, aumentando-se as possibilidades de detecção da prática da corrupção e da lavagem de dinheiro. O modelo atual das declarações de bens e valores não possibilita uma análise mais aprofundada de seu conteúdo. As declarações escritas não são feitas em formulários padronizados e, entre outros aspectos, não permitem a extração de dados e a realização de análises com ferramentas de tecnologia da informação. Por sua vez, a utilização da declaração anual de bens apresentada à Receita Federal prevista no art. 13, §4º, da Lei n.

8.429/02, ou a autorização expressa para acesso a esses dados, demonstram-se medidas de difícil operacionalização, além de não permitirem o tratamento, o cruzamento e a produção de informações estratégicas a partir de tais informações. Por fim, a declaração eletrônica de bens e valores, embora não seja seu objetivo primordial, também permitirá maior monitoramento para a prevenção e detecção de situações de eventual conflito entre interesses públicos e privados que possam comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública. Além disso, a declaração também possibilitará identificar, de modo mais ágil, o patrimônio a disposição do agente investigado, o que pode ser de extrema utilidade em situações nas quais forem justificáveis medidas judiciais ensejadoras de sequestro de bens e bloqueio de valores.

Auditoria Patrimonial Aleatória de Agentes Públicos

A sociedade manifesta justificada preocupação com a evolução patrimonial de pessoas no exercício de funções públicas, particularmente quando se tornam conhecidos os escândalos de corrupção envolvendo o enriquecimento ilícito de agentes públicos. Assim, sortear um determinado número de autoridades e realizar sindicâncias patrimoniais em relação a elas produz dois efeitos positivos nesse sentido: possibilita que se identifiquem irregularidades, as quais dificilmente seriam desvendadas e poderão servir de ponto de partida para investigações mais amplas. Mas a principal vantagem da medida é que desestimulará conduta ilícitas pela mera possibilidade de que sejam sorteados no futuro.

Principais pontos da proposta

Determina a realização de sorteios anuais, pelo Tribunal de Contas da União, de 65 autoridades públicas, as quais serão sujeitas a uma sindicância patrimonial.

Esta sindicância se estenderá para membros da família e pessoas jurídicas relacionadas.

Colaborarão na realização dessas sindicâncias a Receita Federal do Brasil e o Ministério Público Federal

Estabelece como ato de improbidade administrativa impedir ou dificultar os trabalhos relacionados a esta auditoria patrimonial aleatória. Problemas que pretende solucionar

Questionamentos genéricos sobre a evolução patrimonial de políticos e outras autoridades são frequentes na imprensa. Inexiste, entretanto, um mecanismo sistêmico que possibilite a averiguação dessa evolução por meio de sindicâncias detalhadas.

Inspirada no programa da CGU que realiza fiscalizações aleatórias em municípios com convênios com a União, a realização de sorteios para identificação dos alvos da sindicância, bem como a ampla gama de autoridades que podem ser sorteadas – membros do Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público –, elimina questionamentos relacionados a perseguições políticas.

O caráter aleatório da auditoria tem grande potencial para acelerar a detecção da corrupção e promover a prevenção, criando um ambiente favorável à lisura das autoridades.

ANTEPROJETO DE LEI

Altera a Lei n. 8.730, de 10 de novembro de 1993, que estabelece a declaração de bens e rendas, para estabelecer sindicâncias patrimoniais aleatórias.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Renumeram-se o parágrafo único do artigo 5º da Lei n. 8.730, de 10 de novembro de 1993, para §1º.
Art. 2º. Inserem-se o artigo 4º-A, os §§2º e 3º no artigo 5º, e o artigo 7º-A na Lei n. 8.730, de 10 de novembro de 1993, com a seguinte redação: “Art. 4º-A Sem prejuízo do disposto no parágrafo 2º do artigo anterior, o Tribunal de Contas da União, em sessão pública anual, sorteará 15 membros da categoria do inciso III, incluindo ministros, secretários e outras autoridades com status de Ministro, assim como 50 membros de cada categoria dos incisos IV a VII, do artigo 1º, para serem submetidos a sindicância patrimonial, realizada em conjunto com servidores da Receita Federal e do Ministério Público Federal.

§1º. A sindicância poderá ser estendida para membros da família e pessoas jurídicas relacionadas.

§2º. O disposto no caput não afasta o dever do Ministério Público e da corregedoria a que está vinculada autoridade ou servidor de instaurar, respectivamente, os procedimentos previstos no art. 8º, §1º, da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985, e no art. 14, §3º, da Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992.

§3º. A Fazenda Pública Federal, constatando indícios de incompatibilidade, omissão ou inexatidão em declaração tributária quanto a bens ou fontes de rendas, conforme detalhado nos arts. 1º e 2º desta Lei, comunicará o fato ao Tribunal de Contas da União, ao órgão corregedor pertinente e ao Ministério Público.

§4º. A Fazenda Pública deverá manter sistema de informática adequado para os fins do parágrafo anterior, o qual deverá identificar incompatibilidade, omissão ou inexatidão e comunicar automaticamente o Tribunal de Contas da União, o órgão corregedor pertinente e o Ministério Público.” “Art. 7º-A Constitui ato de improbidade não implementar as disposições desta Lei, impedir ou dificultar os trabalhos decorrentes, bem como não atender os ditames da Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, no que diz respeito às informações de que trata esta Lei. Parágrafo único. O Tribunal de Contas da União e os órgãos a que estiverem vinculadas as autoridades relacionadas no art. 1º divulgarão o resultado das sindicâncias referidas no art. 4º-A, mantendo sítio eletrônico com as informações não sigilosas decorrentes da aplicação desta Lei.”

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor 60 dias após a data de sua publicação. Brasília, X de XXXX de 2018.

JUSTIFICATIVA

A presente proposta aprimora o sistema já existente da Lei n. 8.730, de 10 de novembro de 1993, buscando maior efetividade da fiscalização instituída há 25 anos em nosso ordenamento. Não se trata, portanto, de novidade, mas de conferir eficácia e publicidade àquilo que já deveria ter sido implementado. Além disso, a instituição de um sistema de auditoria aleatória pode servir para a prevenção e a detecção mais rápida de delitos, bem como para maior lisura do próprio processo eleitoral quando se trata de integrantes de cargos eletivos. Deve-se observar, contudo, que a medida é estendida não só para essa categoria, mas também para membros do Poder Judiciário e do Ministério Público. Nesse sentido, a proposta contribui em larga medida para a maior eficiência da Justiça criminal e cria um ambiente mais favorável à lisura das altas autoridades da República. De fato, sabe-se que, em regra, inicia-se a investigação criminal após a notícia de um crime. Portanto, decorre necessariamente certo tempo para que os fatos venham à tona e comecem a ser apurados. Esse tempo, muitas vezes, leva à prescrição da pretensão punitiva estatal, deixando os criminosos impunes. O sistema de auditoria aleatória ajuda a evitar os efeitos deletérios do tempo. Sua instituição, por exemplo, pela Controladoria-Geral da União em Municípios, levou à descoberta mais prematura de esquemas delitivos, alguns em pleno funcionamento. Se realizada a auditoria, não é mais necessário aguardar a notícia de crime para só então agir. Além disso, a auditoria, com base em dados já regularmente informados à própria Administração Pública, tem efeito preventivo benéfico. Reforça também a responsabilidade de órgãos como a Fazenda Pública e o Ministério Público na manutenção do dever de probidade dos agentes públicos em geral. A existência de auditorias é inclusive recomendada por estudiosos reconhecidos no tema da corrupção, como Matthew Taylor (na obra *Corruption and Democracy in Brazil – The Struggle for Accountability*), embora a ênfase desse autor se dê em relação a membros do Congresso Nacional. Por fim, a divulgação dos resultados efetiva o princípio constitucional da publicidade da Administração Pública, aumentando as informações disponíveis aos cidadãos e eleitores.

GESTÃO DE INFORMAÇÕES PARA DETECÇÃO DE CORRUPÇÃO DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Uma das principais atribuições da Controladoria-Geral da União é acompanhar a evolução patrimonial dos mais de 1 milhão de servidores públicos federais para detectar e investigar instâncias de enriquecimento ilícito. Existem, entretanto, graves barreiras que dificultam o exercício dessa função, como a exigência de ordem judicial para o acesso às informações financeiras de agentes públicos. Esta proposta pretende superar esse obstáculo, facilitando o compartilhamento de dados entre órgãos da União e instituições financeiras e a CGU.

Principais pontos da proposta

Autoriza o compartilhamento, com a CGU, de dados relativos à situação econômica ou financeira de servidores públicos federais com o objetivo de avaliar a evolução patrimonial destes servidores.

Inclui, entre esses dados cujo compartilhamento fica autorizado, todas as informações produzidas ou custodiadas por qualquer órgão ou entidade pública, da administração direta ou indireta, empresas públicas, autarquias e fundações, inclusive aquelas informações recebidas e custodiadas pela Secretaria da Receita Federal.

Autoriza o Banco Central, as instituições financeiras e a CVM a fornecer à CGU as informações e documentos sigilosos que, fundamentadamente, forem necessárias ao exercício das competências do órgão central de controle interno da Administração Federal.

Torna desnecessária a autorização do Poder Judiciário para o compartilhamento dessas informações com a CGU. Problemas que pretende solucionar

A necessidade de autorização judicial para a quebra de sigilo bancário e fiscal é um grave obstáculo à obtenção das informações necessárias à CGU para que esta realize sua atribuição de avaliar a evolução patrimonial dos agentes públicos com vistas à detecção de casos de enriquecimento ilícito.

A alteração facilita a tarefa de detecção desses casos, pois desburocratiza e simplifica questões de ordem legal associadas ao sigilo dos dados e informações necessários à evidenciação do delito.

ANTEPROJETO DE LEI

Altera a Lei Complementar n. 5.172, de 25 de outubro de 1966, e a Lei Complementar n. 105, de 10 de janeiro de 2001, para dispor sobre o compartilhamento de informações sigilosas para a avaliação da evolução patrimonial dos servidores públicos federais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. A Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966, passa a vigorar com as seguintes alterações: “Art. 198 [...] §1º. [...] III – requisições de bases de dados advindas do órgão central de Controle Interno do Poder Executivo Federal, para efeito exclusivo do cumprimento da competência de avaliação da evolução patrimonial dos servidores públicos federais, na forma do Parágrafo Único do Art. 70 e do Art. 74 da Constituição Federal de 1988. [...]

§4º. Estão abrangidas pelo disposto no inciso III do §1º todas as informações produzidas ou custodiadas por qualquer órgão ou entidade pública, da administração direta ou indireta, empresas públicas, autarquias e fundações, inclusive aquelas informações recebidas e custodiadas pela Secretaria da Receita Federal.

§5º. Não caracteriza quebra do sigilo fiscal, bancário ou comercial, ou violação do dever de sigilo, o fornecimento de bases de dados na forma do inciso III do §1º, estendendo-se ao órgão central de Controle Interno do Poder Executivo Federal e a seus servidores a responsabilidade pela guarda e pelo tratamento das informações, com as devidas responsabilizações administrativas, civis e penais, na forma da Lei.

§6º. É vedado ao órgão central de Controle Interno o compartilhamento com terceiros das informações constantes das bases de dados referidas no inciso III, §1º, salvo se expressamente autorizado pelos órgãos fornecedores ou custodiantes das bases, ressalvada a comunicação às autoridades competentes da prática de ilícitos penais ou administrativos.

§7º. O órgão central de Controle Interno do Poder Executivo Federal editará normas para assegurar a impessoalidade na identificação de ilícitos a partir da base de dados e que o acesso a informações da base de dados relativas a agentes públicos específicos seja justificado.” (NR)

Art. 2º. A Lei Complementar n. 105, de 10 de janeiro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações: “Art. 3º. [...] §1º – (Revogado). §2º – (Revogado).

Art. 4º. O Banco Central do Brasil, as instituições financeiras e a Comissão de Valores Mobiliários, nas áreas de suas atribuições, fornecerão ao Poder Legislativo Federal e ao órgão central de Controle Interno do Poder Executivo Federal as informações e os documentos sigilosos que, fundamentadamente, forem necessários ao exercício das competências constitucionais e legais do Poder Legislativo Federal e à elucidação de fatos apurados em procedimento investigatório ou objeto de processo administrativo. [...]

§2º. As solicitações provenientes do Poder Legislativo federal deverão ser previamente aprovadas pelo Plenário da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou de suas respectivas comissões parlamentares de inquérito.

§3º. Não caracteriza quebra do sigilo fiscal, bancário ou comercial, ou violação do dever de sigilo, o fornecimento de informações e documentos sigilosos ao órgão central de Controle Interno do Poder Executivo Federal, estendendo-se ao órgão e a seus servidores a responsabilidade pela guarda e pelo tratamento das informações, com as devidas responsabilizações administrativas, civis e penais, na forma da Lei.” (NR)

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, X de XXXX de 2018.

JUSTIFICATIVA

A proposta de alteração na legislação busca viabilizar o acesso, pelo órgão central de Controle Interno do Poder Executivo federal, às informações essenciais para o efetivo cumprimento de sua atribuição legal de avaliar, de modo permanente e contínuo, a evolução patrimonial dos agentes públicos, com vistas à detecção de casos de enriquecimento ilícito que, frequentemente, estão associados a práticas de corrupção. Os resultados verificados na tarefa de detecção do enriquecimento ilícito e na punição dos casos de corrupção a ele relacionados são muito modestos, pois o enfrentamento efetivo do problema esbarra invariavelmente em questões de ordem legal associadas ao sigilo dos dados e informações necessários à evidenciação do ilícito. Em outras palavras, o sigilo serve de escudo para encobrir crimes praticados diuturnamente contra a administração pública, o erário e, em última análise, os contribuintes. Tal situação é agravada pelo desenvolvimento tecnológico, que facilita o fluxo de capitais e a lavagem de dinheiro, tornando o rastreamento do ilícito contra a administração pública um desafio quase intransponível se os órgãos competentes não puderem cruzar dados e informações protegidos pelo manto do sigiloso. Essa dificuldade se reproduz em igual intensidade quando se analisa a tempestividade dos processos. Investigações que poderiam ser rapidamente concluídas se os órgãos tivessem a informação necessária em tempo hábil acabam se arrastando por anos, facilitando a lavagem de dinheiro e o acobertamento da corrupção.

Em suma, o governo retira do próprio governo os meios necessários ao deslinde de crimes e à punição de corruptos. A corroborar a necessidade de revisão e flexibilização racional dos normativos que instituem os sigilos fiscal, bancário e comercial, há que se considerar que o serviço público federal emprega hoje mais de 1,2 milhão de pessoas, somente entre civis e militares ativos. É absolutamente inexequível qualquer proposta de acompanhamento da evolução patrimonial de tamanho contingente sem o acesso, pelos órgãos de combate à corrupção, às bases de dados protegidas por sigilo. Mais do que nunca, é preciso que o debate avance e que o país possa definitivamente superar esse entrave legal que há décadas atrapalha e atrasa as iniciativas de combate à corrupção no Brasil.

A sociedade clama por um Estado mais eficiente e íntegro, e medidas como o compartilhamento de dados e informações que o governo já detém são essenciais para que se possa minimamente reduzir e controlar o fenômeno da corrupção no país. Portanto, o projeto cria regras que equilibram a necessidade de otimizar o compartilhamento das informações, sem que isso importe em ofensa a garantias individuais, como a privacidade do cidadão. Para tanto, propõe-se que o sigilo das bases de dados possa ser afastado somente quando solicitado pelo órgão central de Controle Interno do Poder Executivo Federal, o qual passa a ser responsável, em companhia de seus servidores, pela guarda e tratamento das informações, passíveis de responsabilizações administrativas, civis e penais. Ou seja, não se trata propriamente de uma quebra de sigilo, mas apenas de uma transferência de informações entre órgãos, mantendo-se o sigilo. Note-se que, para fins de cruzamento de dados e identificação de “redflags”, indicativos de descompasso patrimonial em face da renda, é absolutamente necessária que seja cedida para a Controladoria-Geral a própria base de dados, e não informações específicas sobre determinada(s) pessoa(s). Em razão da amplitude do acesso, propôs-se, a título de salvaguarda, que o órgão de controle edite normas para garantir que o emprego de dados da base atenda ao princípio da impessoalidade, ou seja, a identificação de sinais de ilícitos deve seguir parâmetros objetivos, para que o acesso a informações de agentes públicos específicos seja justificado. Além disso, como salvaguarda adicional, a proposta proíbe expressamente o compartilhamento das informações por parte do órgão central de Controle Interno do Poder Executivo Federal, salvo quando expressamente autorizado a fazê-lo ou para comunicar a prática de ilícitos penais e administrativos aos órgãos competentes.

AUDITORIA ESTATAL SOBRE GOVERNANÇA DE EMPRESAS COM PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA DO ESTADO

Além das empresas estatais e das sociedades de economia mista, o Estado é também acionista em diversas outras empresas, mas como sócio minoritário. Nesses casos, é importante que estejam previstos mecanismos

capazes de garantir a adequada administração de recursos que são, em alguma medida, públicos. É por isso que esta proposta exige que empresas com participação do Estado tenham mecanismos de governança e compliance, bem como as empresas estatais.

Principais pontos da proposta

Atribui aos órgãos de controle interno e externo do respectivo ente da federação a competência de auditar a sociedade empresarial de que não detenham controle acionário as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias quanto às práticas de controle e governança de suas participações acionárias.

Permite aos órgãos de controle interno e externo que requeiram dessas sociedades empresariais em que há participação societária minoritária do Estado os documentos e as informações diretamente pertinentes àquelas práticas.

Problemas que pretende solucionar

Há omissão da Lei n. 13.303 quanto à possibilidade de órgãos de controle interno e externo auditarem participações societárias minoritárias de empresas públicas, sociedades de economia mista ou suas subsidiárias, inviabilizando o controle.

De forma exemplificativa, destaca-se que o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União já sofreu uma série de restrições em seus trabalhos de auditoria em virtude da recorrente alegação de que tal órgão não tem a prerrogativa de auditar sociedades nas quais as empresas estatais não detenham o controle, ainda que a participação de tais estatais, em conjunto ou isoladamente, seja de 49,99%. São exemplos de sociedades nas quais as empresas estatais da União participam de forma minoritária: BV Financeira (Banco do Brasil), Banco Panamericano (Caixa), JBS (BNDES), Norte Energia (Eletrobras) e Sete Brasil (Petrobras).

A ausência desses mecanismos de governança e compliance incentiva gestores mal-intencionados. As investigações conduzidas no âmbito da Operação Lava-Jato indicam que essas participações podem, de fato, facilitar a malversação de recursos públicos.

ANTEPROJETO DE LEI

Dispõe sobre a prerrogativa dos órgãos de controle interno e externo de auditar as participações societárias minoritárias de empresas públicas, sociedades de economia mista ou suas subsidiárias.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Esta Lei modifica a Lei n. 13.303, de 30 de junho de 2016. Art. 2º. A Lei n. 13.303, de 30 de junho de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações: Art. 85. [...]

§4º. Os órgãos de controle interno e externo do respectivo ente da federação são competentes para, a qualquer tempo, auditar as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias, quanto às práticas de controle e governança de suas participações acionárias em sociedade empresarial de que não detenham controle acionário, na forma do §7º do art. 1º da Lei n. 13.303/2016.

§5º. Para o cumprimento do propósito estabelecido no §4º, os órgãos de controle podem fazer requisições de documentos e informações pertinentes diretamente às sociedades empresariais com participação societária de empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias.

§6º. O disposto nos §§4º e 5º deste artigo não se aplica às participações societárias em que o ente estatal não participe do bloco de controle, não tenha o controle de fato ou não detenha participação superior ou igual a 10% (dez por cento) do capital social da sociedade empresária.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, X de XXXX de 2018.

JUSTIFICATIVA

A Lei n. 13.303, de 30 de junho de 2016, e sua posterior regulamentação (Decreto n. 8.945/2016) incorporou ao ordenamento jurídico pátrio uma série de boas práticas atinentes à governança, gestão de riscos e controles internos. De modo especial, no capítulo que trata do controle (arts. 85 a 90), a citada norma reforçou a importância do acompanhamento exercido pelos órgãos de controle interno e externo sobre as empresas

estatais, mormente quanto à legitimidade, à economicidade e à eficácia da aplicação de seus recursos, sob o ponto de vista contábil, financeiro, operacional e patrimonial.

A título exemplificativo, a nova regulamentação – reforçando o disposto no art. 26 da Lei n. 10.180/2001 – sedimentou que os órgãos de controle deverão ter acesso irrestrito aos documentos e às informações necessários à realização dos trabalhos, inclusive aqueles classificados como sigilosos. A Lei n. 13.303, contudo, focou nas empresas públicas, nas sociedades de economia mista e nas subsidiárias (empresa estatal cuja maioria das ações com direito a voto pertença direta ou indiretamente a empresa pública ou sociedade de economia mista, de acordo com o Decreto n. 8.945).

Quanto às participações em sociedade empresariais em que a empresa pública, a sociedade de economia mista e suas subsidiárias não detenham controle acionário, a Lei foi silente e não tratou da atuação dos órgãos de controle interno e externo. Essa omissão pode inviabilizar o exercício das atividades de controle que, porventura, tenham como objeto as participações minoritárias detidas por empresa pública, sociedade de economia mista e suas subsidiárias.

De maneira exemplificativa, destaca-se que o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União já sofreu uma série de restrições em seus trabalhos de auditoria, em virtude da recorrente alegação de que tal órgão não tem a prerrogativa de auditar sociedades nas quais as empresas estatais não detenham controle, ainda que a participação de tais estatais, em conjunto ou isoladamente, seja de 49,99%.

São exemplos de sociedades nas quais as empresas estatais da União participam minoritariamente: BV Financeira (Banco do Brasil), Banco Panamericano (Caixa), JBS (BNDES), Norte Energia (Eletrobras) e Sete Brasil (Petrobras).

Salienta-se que, muitas vezes, as participações em sociedades empresariais em que a empresa estatal não detenha o controle acionário envolvem empreendimentos de grande relevância nacional, como foi o caso da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte (empresa Norte Energia S.A.) e da criação da empresa de afretamento de sondas Sete Brasil Participações S.A. No primeiro caso, o grupo Eletrobras tem participação de 49,98%; no segundo, a Petrobras tem participação de 5%. A importância estratégica desses dois investimentos para os citados grupos empresariais (e para o Brasil) e os bilhões de recursos públicos aplicados reforçam a necessidade de a legislação prever a atuação dos órgãos de controle interno e externo para garantir que os gestores de tais sociedades busquem maximizar o retorno da estatal investidora, bem como prevenir e detectar casos de fraude e corrupção.

Ora, não há dúvida de que, atualmente, a opção pela participação minoritária pode favorecer a atuação de gestores mal-intencionados, tendo em vista que, em tais casos, a atuação do controle é limitada. As investigações conduzidas no âmbito da Operação Lava-Jato indicam que essas participações podem, de fato, facilitar a malversação de recursos públicos. Todavia, submeter empresas privadas ao modelo e aos parâmetros de controle típicos das entidades da Administração Pública não está em consonância com os princípios fundantes da ordem econômica e social, em especial o art. 170, parágrafo único, da Constituição, que prestigia a livre iniciativa e a propriedade privada e confere ao Estado papel secundário na execução direta de atividades econômicas. Ademais, é preciso lembrar que a participação das estatais em empresas privadas – que depende de autorização legislativa, nos termos do art. 37, inciso XX, da Constituição – tem como justificativa uma atuação mais eficiente do Estado na busca da satisfação do interesse público que motivou a criação das empresas estatais. Nesse contexto, não faz sentido submeter as empresas privadas que recebem tais investimentos ao mesmo mecanismo de controle a que estão sujeitas as empresas estatais. Por meio de instrumentos de governança e controle proporcionais à relevância, à materialidade e aos riscos do negócio do qual são partícipes, as próprias empresas estatais, por meio de seus órgãos societários e seus administradores, cumprindo seus deveres de diligência, podem cuidar do interesse público. Nessa linha, defende-se que os órgãos de controle interno e externo façam uma espécie de controle de segunda ordem das empresas com participação minoritária das empresas estatais. Com isso, tanto a CGU quanto o TCU, no âmbito federal, poderiam fiscalizar as práticas de controle e governança adotadas pelas empresas públicas, sociedades de economia mista ou suas subsidiárias sobre suas participações em sociedade empresarial de que não detenham o controle acionário. Em outras palavras, os órgãos de controle atuariam na fiscalização do cumprimento adequado do §7º do art. 1º da Lei n. 13.303/2016. Nesse contexto, a legislação proposta inova ao tornar clara a competência dos órgãos de controle para fiscalizar o atendimento ao novo estatuto das empresas estatais.

PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO RELACIONADOS AO CONTROLE INTERNO

Câmara dos Deputados

PL 247/2007

- Autor: Sandes Júnior - PP/GO
- Data da apresentação: 28/02/2007
- Ementa: Dispõe sobre a criação da Lei de Responsabilidade Educacional, alterando a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional; a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- Situação: Tramitando em Conjunto

PL 11120/2018

- Autor: Jaime Martins - PROS/MG
- Data da apresentação: 04/12/2018
- Ementa: Dispõe sobre a prerrogativa dos órgãos de controle interno e externo de auditar as participações societárias minoritárias de empresas públicas, sociedades de economia mista ou suas subsidiárias
- Dados Complementares: Altera a Lei nº 13.303, de 2016.
- Situação: Tramitando em Conjunto

PL 11117/2018

- Autor: Jaime Martins - PROS/MG
- Data da apresentação: 04/12/2018
- Ementa: Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para criar o Instituto Nacional de Acesso à Informação e dar outras disposições.
- Situação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

PL 11126/2018

- Autor: Jaime Martins - PROS/MG
- Data da apresentação: 04/12/2018
- Ementa: Dispõe sobre medidas anticorrupção, alterando a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal.
- Dados Complementares: Altera a Lei nº 8.666, de 1993.
- Situação: Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

PL 11025/2018

- Autor: Jaime Martins - PROS/MG

- Data da apresentação: 22/11/2018
- Ementa: Disciplina a atividade de lobby no âmbito dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dos órgãos e entidades da Administração Pública, nos processos de tomada de decisão, e dá outras providências. Dados Complementares: Altera a Lei nº 12.813, de 2013.
- Situação: Aguardando Designação de Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

PL 11128/2018

- Autor: Jaime Martins - PROS/MG
- Data da apresentação: 04/12/2018
- Ementa: Altera a Lei Complementar nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para dispor sobre o compartilhamento de informações sigilosas para a avaliação da evolução patrimonial dos servidores públicos federais.
- Situação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

PL 8896/2017

- Autor: Odorico Monteiro - PSB/CE
- Data da apresentação: 19/10/2017
- Ementa: Altera a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que "dispõe sobre participação, proteção e defesa do usuário dos serviços da administração pública", para aperfeiçoar as normas relativas às ouvidorias públicas.
- Situação: Aguardando Designação de Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

PL 8503/2017

- Autor: Edmilson Rodrigues - PSOL/PA
- Data da apresentação: 05/09/2017
- Ementa: Altera a Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), para tornar expresso o direito de obter informações relativas à aquisição e funcionamento de softwares, hardwares e códigos mediadores de funções públicas e tornar obrigatória a disponibilização dos códigos-fonte dos algoritmos utilizados para a distribuição de processos nos órgãos do Poder Judiciário.
- Situação: Aguardando Designação de Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

PL 7149/2017

- Autor: Francisco Floriano - DEM/RJ
- Data da apresentação: 16/03/2017
- Ementa: "Altera a Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências, para estabelecer diretrizes a serem observadas nos programas de compliance implantados pelas empresas que contratam com a administração pública.
- Situação: Aguardando Designação de Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

PL 5474/2016

- Autor: Joaquim Passarinho - PSD/PA

- Data da apresentação: 03/06/2016
- Ementa: Altera o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972, para conferir melhor controle às decisões administrativas fiscais e proporcionar efetividade à defesa dos Contribuintes.
- Situação: Pronta para Pauta na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

PL 4083/2015

- Autor: CPI - PETROBRAS
- Data da apresentação: 16/12/2015
- Ementa: Estabelece normas e princípios para aprimorar a governança, a gestão de riscos e os controles internos das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e dá outras providências.
- Situação: Tramitando em Conjunto

PL 3783/2015

- Autor: André Abdon - PRB/AP
- Data da apresentação: 26/11/2015
- Ementa: Dispõe sobre a prestação de contas anual dos Fundos de Pensão das pessoas jurídicas que compõe a administração pública indireta, ao TCU e dá outras providências.
- Situação: Pronta para Pauta na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

PL 5329/2013

- Autor: Bruna Furlan - PSDB/SP
- Data da apresentação: 04/04/2013
- Ementa: Acrescenta o art. 8º-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, dispondo sobre a publicidade de contratos relativos à realização de obras públicas.
- Situação: Tramitando em Conjunto

PL 11209/2018

- Autor: Ronaldo Nogueira - PTB/RS
- Data da apresentação: 12/12/2018
- Ementa: Estabelece sobre normas gerais sobre a Administração Pública
- Situação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

PL 11116/2018

- Autor: Jaime Martins - PROS/MG
- Data da apresentação: 04/12/2018
- Ementa: Institui Programa Nacional de Proteção e Incentivo a Relatos de Suspeitas de Irregularidades no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com o fim de assegurar a participação da sociedade no relato de informações em defesa do interesse ...
- Situação: Aguardando Apensação na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

PL 11121/2018

- Autor: Jaime Martins - PROS/MG
- Data da apresentação: 04/12/2018

- Ementa: Dispõe sobre a participação da sociedade no processo legislativo, amplia a transparência durante a tramitação e votação das proposições legislativas, prevê assinatura digital para projetos de lei de iniciativa popular, reforça a autonomia do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e dá outras providências.
- Situação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

PL 11124/2018

- Autor: Jaime Martins - PROS/MG
- Data da apresentação: 04/12/2018
- Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação, pelos agentes públicos, de declaração eletrônica de bens e valores para a posse e o exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.
Dados Complementares: Revoga dispositivo da Lei nº 8.429, de 1992.
- Situação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

PL 10887/2018

- Autor: Roberto de Lucena - PODE/SP
- Data da apresentação: 17/10/2018
- Ementa: Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre improbidade administrativa.
Dados Complementares: Altera a Lei nº 8.009, de 1990.
- Situação: Aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa

PL 11092/2018

- Autor: Jaime Martins - PROS/MG
- Data da apresentação: 29/11/2018
- Ementa: Altera a Lei nº 12.527, de 26 de junho de 2017, conhecida como Lei de Acesso à Informação, para aperfeiçoar o acesso a informações no âmbito da Administração Pública.
- Situação: Aguardando Designação de Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

PL 11127/2018

- Autor: Jaime Martins - PROS/MG
- Data da apresentação: 04/12/2018
- Ementa: Dispõe sobre medidas anticorrupção, alterando a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, Código de Processo Civil, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.
- Situação: Tramitando em Conjunto

PL 8727/2017

- Autor: Antonio Carlos Mendes Thame - PV/SP
- Data da apresentação: 28/09/2017
- Ementa: Estabelece medidas de combate à corrupção e à impunidade, e dá outras providências.
Dados Complementares: Altera os Decretos-Lei: nº 2.848 de 1940; 3.689 de 1941; as Leis: nº 8.072 de 1990; 4.737 de 1965; 8.112 de 1990; 8.137 de 1990; 8.429 de 1992; 9.613 de 1998; 12.846 de 2013; 12.850 de 2013.
- Situação: Tramitando em Conjunto

PL 6043/2016

- Autor: Félix Mendonça Júnior - PDT/BA
- Data da apresentação: 24/08/2016
- Ementa: Altera a lei 11.547/2007.
Dados Complementares: Inclui como atribuição da Secretaria da Receita Federal do Brasil a fiscalização de todas as despesas públicas de órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta federal.
- Situação: Aguardando Designação de Relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

PL 5486/2016

- Autor: Ezequiel Teixeira - PTN/RJ
- Data da apresentação: 07/06/2016
- Ementa: Dispõe sobre a divulgação da movimentação financeira dos concursos públicos realizados por órgãos da administração Pública da União.
- Situação: Tramitando em Conjunto

PL 223/2015

- Autor: André de Paula - PSD/PE
- Data da apresentação: 05/02/2015
- Ementa: Dispõe sobre o Novo Estatuto da Improbidade Administrativa.
Dados Complementares: Revoga a Lei nº 8.429, de 1992.
- Situação: Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

PL 1193/2015

- Autor: Jaime Martins - PSD/MG
- Data da apresentação: 16/04/2015
- Ementa: Estabelece o estatuto jurídico das empresas estatais, previsto no § 1º do art. 173 da Constituição Federal, inclusive das empresas estatais de que trata o § 1º do art. 177 da Constituição Federal.
Dados Complementares: Revoga dispositivos da Lei nº 9.478, de 1997.
- Situação: Tramitando em Conjunto

PL 817/2015

- Autor: Pedro Uczai - PT/SC
- Data da apresentação: 18/03/2015
- Ementa: Estabelece o estatuto jurídico das empresas estatais, previsto no § 1º do art. 173 da Constituição Federal, inclusive das empresas estatais de que trata o § 1º do art. 177 da Constituição Federal.
- Situação: Tramitando em Conjunto

PL 786/2015

- Autor: Luiz Nishimori - PR/PR
- Data da apresentação: 18/03/2015
- Ementa: Regulamenta o art. 3º, inciso IV, da Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, institui normas para dar transparência à publicidade dos atos da Administração Pública Estadual e Municipal e da outras providências.
- Situação: Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

PL 848/2015

- Autor: Beto Mansur - PRB/SP
- Data da apresentação: 19/03/2015
- Ementa: Estabelece o estatuto jurídico das empresas estatais, previsto no § 1º do art. 173 da Constituição Federal, inclusive das empresas estatais de que trata o § 1º do art. 177 da Constituição Federal.
- Dados Complementares: Revoga dispositivos da Lei nº 9.478, de 1997.
- Situação: Tramitando em Conjunto

PL 6218/2009

- Autor: LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
- Data da apresentação: 14/10/2009
- Ementa: Acrescenta parágrafos ao art. 5º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, determinando aos órgãos e entidades da administração pública a publicação mensal das obrigações assumidas e dos pagamentos efetuados.
- Situação: Tramitando em Conjunto

PL 6621/2016

- Autor: Senado Federal - Eunício Oliveira - PMDB/CE
- Data da apresentação: 06/12/2016
- Ementa: Dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras, altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e a Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, e dá outras providências.
- Situação: Aguardando Apreciação pelo Senado Federal
- Documento/Proposição de Origem: PLS 52/2013

PL 10470/2018

- Autor: Erika Kokay - PT/DF
- Data da apresentação: 20/06/2018
- Ementa: Dispõe sobre regras específicas para abertura do capital social, privatização ou extinção de empresa pública ou sociedade de economia mista para garantir transparência e ampla participação da população e dá outras providências.
- Situação: Tramitando em Conjunto

PL 4793/2016

- Autor: Covatti Filho - PP/RS
- Data da apresentação: 22/03/2016
- Ementa: Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações.
- Dados Complementares: Obriga as entidades públicas ou privadas que recebem recursos públicos a divulgar na internet a destinação desses recursos.
- Situação: Tramitando em Conjunto

PL 1446/1999

- Autor: Waldir Schmidt - PMDB/RS
- Data da apresentação: 11/08/1999

- Ementa: Exclui do benefício de sigilo bancário os membros do Poder, agentes e funcionários que especifica e determina a apresentação de declaração sobre depósitos bancários e participação em sociedades com sede no exterior.
- Situação: Arquivada

PL 5195/2009

- Autor: Rita Camata - PMDB/ES
- Data da apresentação: 12/05/2009
- Ementa: Institui o Programa de Transparência na Gestão Pública Federal, a fim de dispor informações sobre celebração de contratos públicos e seus respectivos responsáveis.
- Situação: Tramitando em Conjunto

PL 6814/2017

- Autor: Senado Federal - Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos
- Data da apresentação: 03/02/2017
- Ementa: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e revoga a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dispositivos da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.
- Situação: Tramitando em Conjunto
- Documento/Proposição de Origem: PLS 559/2013

PL 2361/2015

- Autor: Alfredo Nascimento - PR/AM
- Data da apresentação: 14/07/2015
- Ementa: Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.
Dados Complementares: Proíbe a omissão de qualquer informação sobre o teor e a execução de contratos financiados com recursos públicos sob a alegação de cláusula de confidencialidade.
- Situação: Tramitando em Conjunto

PL 7785/2010

- Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
- Data da apresentação: 31/08/2010
- Ementa: Institui a Gratificação de Controle Interno - GCI e a Gratificação de Atividade de Orçamento - GAO no âmbito do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público.
- Situação: Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

PL 4850/2016

- Autor: Iniciativa Popular
- Data da apresentação: 29/03/2016
- Ementa: NOVA EMENTA: Estabelece medidas de combate à impunidade, à corrupção; altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal; as Leis nºs 4.717, de 29 de junho de 1965, 4.737, de 15 de julho de 1965, 8.072, de 25 de julho de 1990, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.429, de 2 de junho de 1992, 8.906, de 4 de julho de 1994, 9.096, de 19 de setembro de 1995, 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.613, de 3 de março de 1998, e 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga

dispositivos do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, e da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990; e dá outras providências. Dados Complementares: Altera as Leis nº 8.137, de 1990; 8.702, de 1990; 13.150, de 2015; 8.429, de 1992; 9.096, de 1995; 9.504, de 1997; 9.613, de 1998 e os Decretos-leis nº 2.848, de 1940; 3.689, de 1941. Revoga dispositivo do Decreto-lei nº 201, de 1967.

- Situação: Aguardando Apreciação pelo Senado Federal

Senado Federal

Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2017 (complementar) - Pesquisas - Senado Federal

Modifica o art. 6º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências, para permitir a membros do Ministério Público, autoridades e servidores do controle externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios o exame de documentos, livros e registros de instituições financeiras referentes a pessoas físicas e jurídicas que contratem com o Poder Público, recebam transferências voluntárias de recursos públicos, subsídios ou qualquer espécie de incentivo financeiro ou crédito envolvendo valores públicos.

Projeto de Lei do Senado nº 435, de 2016 - Pesquisas - Senado Federal

Altera o art. 7º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para exigir a certificação de gestor de sistema de integridade como condição para atenuar sanções administrativas.

Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2016 (complementar) - Pesquisas - Senado Federal

Altera o art. 48 e introduz o art. 48-B na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com vistas a instituir avaliação de projetos e programas de elevado impacto fiscal.

Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2016 (complementar) - Pesquisas - Senado Federal

Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, a fim de vedar o sigilo bancário nas operações do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Projeto de Lei do Senado nº 527, de 2018 (complementar) - Pesquisas - Senado Federal

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 para deixar claro que cada Poder responde, de forma individualizada, por seus limites de gastos com pessoal, eximindo o Poder Executivo de sanções nos casos em que o descumprimento dos limites esteja restrito aos demais poderes e seus respectivos órgãos.

Projeto de Lei do Senado nº 446, de 2016 - Pesquisas - Senado Federal

Acrescenta alínea c ao inciso VII do art.7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para prever o acesso à declaração de imposto de renda de pessoa física (IRPF) dos agentes públicos que ocupem cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração ou que sejam ordenadores de despesas.

Projeto de Lei do Senado nº 459, de 2017 (complementar) - Pesquisas - Senado Federal

Institui o Sistema Nacional para gestão responsável dos investimentos públicos.

Projeto de Lei do Senado nº 570, de 2015 (complementar) - Pesquisas - Senado Federal

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de normatizar a transparência das informações sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2018 - Pesquisas - Senado Federal

Acrescenta o parágrafo único ao art. 89 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, para determinar que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios avaliem, anualmente, as atividades das empresas públicas e sociedades de economia mista em vista dos motivos determinantes para sua criação.

Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2016 - Pesquisas - Senado Federal

Dispõe sobre o Sistema de Integridade da Administração Pública Brasileira, estabelecido para a proteção preventiva e integral dos bens, interesses e direitos inerentes ao patrimônio público nacional, e dá outras providências.

Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2018 - Pesquisas - Senado Federal

Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências, para estabelecer a participação coordenada dos órgãos e entidades públicos.

Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 18, de 2015 - Pesquisas - Senado Federal

Altera o art. 90 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências, para determinar a realização de audiência periódica do Presidente do Tribunal de Contas da União perante as comissões competentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2017 - Pesquisas - Senado Federal

Acrescenta o art. 75-A à Constituição Federal, para dispor sobre a criação de um sistema de avaliação de políticas públicas.

Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2015 (complementar) - Pesquisas - Senado Federal

De 27/02/2015, por Câmara dos Deputados e outros

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a transparência, controle e fiscalização da execução de contratos de repasse, termos de parceria, convênios e instrumentos congêneres, celebrados entre órgãos e entidades públicas e as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e revoga dispositivo da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2017 - Pesquisas - Senado Federal

Estabelece diretrizes e requisitos para a delegação, no âmbito da Administração Pública Federal, do serviço público de fiscalização administrativa a particulares.

SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 45, DE 2009

Acrescenta o inciso XXIII ao art. 37 da Constituição Federal, dispondo sobre as atividades do sistema de controle interno.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 37 passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXIII:

"Art. 37.....

XXIII- As atividades do sistema de controle interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a que faz referência o art. 74, essenciais ao funcionamento da administração pública, contemplarão em especial as funções de custódia, controladoria, auditoria governamental e correição, e serão desempenhadas por órgãos de natureza permanente, e exercidas por servidores organizados em carreiras específicas na forma da lei."

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua promulgação.

JUSTIFICAÇÃO

As frequentes irregularidades e ineficiências denunciadas na Administração Pública nacional têm como uma de suas causas mais essenciais a ausência de um mecanismo estruturado e eficaz de controle. Este controle não é só feito por terceiros, como afirmam algumas denúncias. A única garantia eficaz de controles econômica e administrativamente sustentáveis é um sistema que comece dentro da própria organização pública e esteja inserido dentro de

sua rotina gerencial. Esta é a noção de controle interno, que se encontra mencionada de forma ampla no artigo 74 da Carta Magna.

Ora, esta menção no capítulo constitucional relativo à fiscalização faz com que a prática jurídica e administrativa considere o controle interno como simples mecanismo de fiscalização *a posteriori*, alheio à própria gestão. Esta proposta pretende corrigir esta distorção, acrescentando a regulação do controle interno também no capítulo específico da Administração Pública e atribuindo-lhe, como não poderia deixar de ser, o caráter de "função essencial para o funcionamento da administração pública".

Desta forma, a regulação constitucional da Administração Pública incorporará de forma explícita a noção de controle interno, tornando adcmas obrigatória a sua estruturação, inclusive em tratamento similar ao que recebeu a função de arrecadação a partir da Emenda Constitucional 42, de 2003. Para tanto, lista em rol exemplificativo as principais funções do controle interno e estabelece a moralizadora exigência de que o sistema seja organizado com base em órgãos permanentes e em carreiras específicas de servidores concursados, requisitos essenciais a preservação da independência das atividades do sistema de controle interno. Este conteúdo organizacional e funcional reflete a longa experiência acumulada pela União e pelos principais Estados da Federação no esforço de estruturação de seus sistemas de controle interno.

A presente Emenda representa mais um produto das intensas atividades promovidas pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, mediante reuniões, seminários e proposições debatidos nos anos de 2008 e 2009, na área dos controles interno e externo, visando ao fortalecimento da gestão pública, e incorpora as sugestões e demandas dos próprios agentes do controle interno que se encontram em pleno processo de estruturação, reunidos no Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – CONASCI.

Com esta proposição, que representa uma de várias medidas importantes em andamento, temos a convicção de oferecer ao Parlamento uma medida importante para o fortalecimento da capacidade de gestão do setor públicos, pelo que contamos com a sua aprovação pelos nobres Pares.

Sala das Sessões, 6 de outubro de 2006.

Senador RENATO CASAGRANDE

ANEXO 3

ORGANOGRAMAS DE CONTROLADORIAS BRASILEIRAS

ACRE – AC

Controladoria Geral do Estado do Acre²⁰⁴

CONTROLADOR GERAL

Divisão de Gabinete – DIGAB

Divisão de Desenvolvimento Institucional – DISEN

Divisão Jurídica – DIJUR

Divisão Setorial de Controle Interno – DISCI

²⁰⁴ Fonte:

<http://www.cge.ac.gov.br/cont/index.php/institucional/estrutura-organizational/organograma>

Acesso em 08/01/19.

ALAGOAS – AL

205 Fonte: http://portalcgm.riobranco.ac.gov.br/lai/wpcontent/uploads/images/ARQUIVOS/28_Controladoria/05_ORGANOGRAMA_CGM_2013.jpg Acesso em 08/01/19. Acesso em 08/01/19.

Controladoria Geral do Estado de Alagoas²⁰⁶

²⁰⁶ Fonte:

<http://www.controladoria.al.gov.br/institucional/organograma> Acesso em 08/01/19.

Secretaria Municipal do Controle Interno – Maceió – AL²⁰⁷

207 Fonte:

<http://www.maceio.al.gov.br/smci/organograma/> Acesso em 08/01/19.

AMAPÁ – AP

Controladoria Geral do Estado do Amapá²⁰⁸

208 Fonte:

<https://editor.prodap.ap.gov.br/editor/Arquivos/Texto/Gestor100090509e3d2a9f28f15d35977e7e92.pdf> Acesso em 08/01/19.

Controladoria Geral do Município de Macapá – AP²⁰⁹

209 Fonte:
<http://macapa.ap.gov.br/noticias/secretarias/76-cogem> Acesso em 08/01/19.

AMAZONAS – AM

Controladoria Geral do Estado do Amazonas²¹⁰

Avenida Brasil, 3925 – Compensa II
Fone: (92) 3303-8374 – (92) 3303-8479
Manaus – AM – CEP: 69036-110
www.cge.am.gov.br – gabinete@cge.am.gov.br

**CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO**

²¹⁰ Fonte:

<http://www.cge.am.gov.br/organograma-2/> Acesso em 08/01/19.

BAHIA – BA

Auditoria Geral do Estado da Bahia²¹¹

211 Fonte:

<https://www.sefaz.ba.gov.br/> Acesso em 08/01/19.

Controladoria Geral do Município de Salvador – BA²¹²

212 Fonte: <http://cgm.sefaz.salvador.ba.gov.br/attachments/article/669/ESTRUTURA%20ORGANIZACIONAL%20CGM.pdf> Acesso em 08/01/19.

CEARÁ – CE

Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará²¹³

²¹³ Fonte:

https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/cge_organograma.pdf Acesso em 08/01/19.

Controladoria e Ouvidoria Geral do Município de Fortaleza – CE²¹⁴

214 Fonte:

<https://planejamento.fortaleza.ce.gov.br/images/Gestao/Organogramas/CGM.pdf> Acesso em 08/01/19.

DISTRITO FEDERAL – DF

Controladoria Geral do Distrito Federal²¹⁵

ORGANOGRAMA CGDF – OUTUBRO/2018

²¹⁵ Fonte:

<http://www.cg.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/02/ORGANOGRAMA-OUTUBRO-2018.pdf>

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União – CGU ²¹⁶(Brasília) –

DF

216 Fonte:

<http://www.cgu.gov.br/sobre/institucional/competencias-e-organograma> Acesso em 08/01/19.

ESPÍRITO SANTO - ES

Secretaria de Estado de Controle e Transparência do Estado do Espírito Santo²¹⁷

²¹⁷ Fonte:

<https://secont.es.gov.br/organograma> Acesso em 08/01/19.

Prefeitura Municipal de Vitória

Organograma da Controladoria Geral do Município

GOIÁS - GO

218 Fonte:
<http://vitoria.es.gov.br/cgm> Acesso em 08/01/19.

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DE GOIÁS

219 Fonte:

<http://www.controladoria.go.gov.br/cge/institucional/organograma> Acesso em 08/01/19.

Controladoria Geral do Município de Goiânia – GO²²⁰

220 Fonte:

<http://www4.goiania.go.gov.br/porta/site.asp?s=360&m=1526> Acesso em 08/01/19.

MARANHÃO - MA

Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Estado de Maranhão²²¹

221 Fonte:

<http://www.stc.ma.gov.br/organograma/> Acesso em 08/01/19.

Controladoria Geral do Município de São Luís – MA²²²

²²² Fonte:

http://www.saoluis.ma.gov.br/subportal_subpagina.asp?site=2315 Acesso em 08/01/19.

MATO GROSSO – MT

Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso²²³

223 Fonte: <http://www.controladoria.mt.gov.br/documents/364510/2685224/ORGANOGRAMA/696fef87-ade4-5a91-fa61-f5bf0f83b98c> Acesso em 08/01/19.

Controladoria Geral do Município de Cuiabá – MT²²⁴

224 Fonte:

<http://www.cuiaba.mt.gov.br/storage/webdisco/2015/09/04/outros/51705beb2779c6f3c7f3906337f6e0bc.pdf> Acesso em 08/01/19.

MATO GROSSO DO SUL - MS

Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso do Sul²²⁵

Controladoria-Geral de Fiscalização e Transparência do Município de Campo

Grande - MS²²⁶

225

Fonte:

<http://www.cge.ms.gov.br/cge/organograma/> Acesso em 08/01/19.

226 Fonte:

ANEXO ÚNICO AO DECRETO n. 13.171, DE 25/5/2017.
Estrutura Básica da Controladoria-Geral de Fiscalização e Transparência

<http://www.campogrande.ms.gov.br/cgm/competencias-e-estrutura-organizacional-da-cgm/>

Acesso em 08/01/19.

Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais²²⁷

[illegible]

Obs: versão interativa do organograma no site, que demonstra as subdivisões da Controladoria geral, nominalmente auditoria geral, superintendência de planejamento e finanças, corregedoria geral e subcontroladoria de governo aberto. Acesso em 08/01/19.

Controladoria Geral do Município de Belo Horizonte – MG²²⁸

anograma não substitui o oficial gerado pelo SIOM"

228 Fonte:

https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/noticia/ORG_CTGM.pdf Acesso em 08/01/19.

PARÁ – PA

Auditoria Geral do Estado do Pará²²⁹

ORGANOGRAMA

Lei 6.176/98 com as alterações das Leis nº 6.275/99 e 6.832/06

²²⁹ Fonte:

<http://www.age.pa.gov.br/content/organograma-2> Acesso em 08/01/19.

Auditoria Geral do Município de Belém – PA²³⁰

²³⁰Fonte: http://www.belem.pa.gov.br/transparencia/?page_id=276 Acesso em 08/01/19.

ORGANOGRAMA DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Controladoria Geral do Estado da Paraíba²³¹

231 Fonte:

<http://www.cge.pb.gov.br/site/paginasub/estrutura.asp>

PARANÁ – PR

Controladoria Geral do Estado do Paraná²³²

²³² Fonte:

<http://www.cge.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=305> Acesso em 08/01/19.

PERNAMBUCO – PE

Secretaria da Controladoria Geral do Estado de Pernambuco²³³

233 Fonte:

http://www.cge.pe.gov.br/?page_id=37 Acesso em 08/01/19.

Controladoria Geral do Município de Recife – PE²³⁴

²³⁴ Fonte:

http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/organograma_cgm_-_set2018.pdf Acesso em 08/01/19.

PIAUI – PI

Controladoria Geral do Estado do Piauí²³⁵

RIO DE JANEIRO - RJ

²³⁵ Fonte:

<http://www.cge.pi.gov.br/index.php/institucional/organograma> Acesso em 08/01/19.

Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro²³⁶

²³⁶ Fonte:
<http://www.cge.rj.gov.br/estrutura-organizacional/> Acesso em 08/01/19.

Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro – RJ²³⁷

237Fonte:

<http://prefeitura.rio/documents/91317/5f533788-1d4c-4e0b-a2ad-7719956f69bb.jsessionid=09DE358C235660BFE3D7C347442816D9.liferay-inst6> Acesso em 08/01/19.

RIO GRANDE DO NORTE – RN

Controladoria Geral do Estado do Rio Grande do Norte²³⁸

²³⁸ Fonte: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/control/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=10030&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Estrutura> Acesso em 08/01/19.

Controladoria Geral do Município de Natal – RN²³⁹

²³⁹ Fonte:

<https://www.natal.rn.gov.br/cgm/paginas/ctd-280.html> Acesso em 08/01/19.

RIO GRANDE DO SUL – RS

Contadoria e Auditoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul²⁴⁰

²⁴⁰ Fonte:

<https://cage.fazenda.rs.gov.br/conteudo/1217/apresentacao> Acesso em 08/01/19.

Secretaria Municipal da Fazenda de Porto Alegre – RS²⁴¹

²⁴¹ Fonte:

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgm/default.php?p_secao=15 Acesso em 08/01/19.

Controladoria Geral do Município de Porto Velho - RO²⁴²

²⁴² Fonte:

<https://cgm.portovelho.ro.gov.br/artigo/17840/organograma> Acesso em 08/01/19.

RORAIMA – RR

Controladoria Geral do Estado de Roraima²⁴³

Organograma da Controladoria Geral do Estado
Anexo II do Decreto nº 7.079-E de 03 de maio de 2006 – DOE Nº 420, de 19 de setembro de 2006
Alterado pelo Decreto nº 12.523-E de 29 de março de 2011 – DOE Nº 1514, de 30 de março de 2011

SANTA CATARINA – SC

²⁴³ Fonte: <http://www.cge.rr.gov.br/index.php/institucional/organograma> Acesso em 08/01/19.

Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina²⁴⁴

244 Fonte:

<http://www.sef.sc.gov.br/institucional/organograma> Acesso em 08/01/19.

Superintendência de Transparência e Controle do Município de Florianópolis – SC²⁴⁵

SÃO PAULO – SP

245 Fonte:

http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/Organograma_Super_Transpa_Control.pdf
Acesso em 08/01/19.

Ouvidoria Geral do Estado de São Paulo²⁴⁶

²⁴⁶ Fonte:
<http://www.ouvidoriageral.sp.gov.br/institucional.html> Acesso em 08/01/19.

Estrutura organizacional da CGM

SERGIPE – SE

247 Fonte: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/controladoria_geral/acesso_a_informacao/index.php?p=149594 Acesso em 08/01/19.

Controladoria Geral do Estado de Sergipe²⁴⁸

Estrutura Organizacional da CONGER – Lei nº 3.630/1995

TOCANTINS – TO

²⁴⁸ Fonte:

http://lai.se.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/CGE_Estrutura-Conger-Lei-3630.jpg Acesso em 08/01/19.